



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

PROCESSO Nº: 04033-00004775/2024-21

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE/GERENCIADOR: Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

CÓDIGO UASG: 974002

OBJETO: Registro de preços visando a aquisição de subscrições de licenças de uso do software Microsoft Office 365 Enterprise pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para atender as demandas da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC-DF), conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I deste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/06/2026

HORÁRIO: 09:30h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

ESTIMATIVA GERAL: caráter público

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO : R\$ 21.906.239,04 (vinte e um milhões, novecentos e seis mil duzentos e trinta e nove reais e quatro centavos)

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.gov.br/compras

Sumário

1.	DO OBJETO	1
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	2
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4.	DO ORÇAMENTO ESTIMADO	4
5.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
7.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	7
8.	DA FASE DE JULGAMENTO	8
9.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	9
10.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	10
11.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA	11
12.	DOS RECURSOS	12
13.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	13
14.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	14
15.	DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	15
16.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16

Torna-se público que o(a) Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF, por meio do(a) Subsecretaria de Compras Governamentais - SCG, sediado(a) na Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de subscrições de licenças de uso do software Microsoft Office 365 Enterprise pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para atender as demandas da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC-DF), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 05 (cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

1.4. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

1.4.1. o prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1.1. caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- 2.1.1.1. promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- 2.1.1.2. realizar o procedimento licitatório;
- 2.1.1.3. gerenciar a ata de registro de preços;
- 2.1.1.4. conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- 2.1.1.5. aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- 2.1.1.6. aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 2.1.1.7. autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado. (Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.1. a recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei. (§ 5º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.2. na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a SEEC-DF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.1. se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.2. habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)

2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.

2.4.1. no ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023)

2.4.2. na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data- base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela SEEC-DF.

2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023)

2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF44.330/2023).

2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Anexo V deste EDITAL, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.

2.10. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

2.10.1. as aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da ata de registro de preço não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

2.10.2. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de

Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. o credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.3.2. o cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

3.3.3. o credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.5.3. sociedades cooperativas, conforme subitem 4.16 do Termo de Referência;

3.5.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.5.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta (Parecer 160/2019 - PGDF);

3.5.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme item 4.15 do Termo de Referência;

3.5.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.13. não poderá participar, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.14. a vedação do subitem 3.5.10 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

3.5.15. a vedação do subitem 3.5.10 aplica-se aos executores de contrato que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.

3.5.16. a vedação do subitem 3.5.10 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.

3.5.17. empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

3.5.17.1. empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

3.5.18. empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital.

3.5.19. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);

3.5.20. pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

3.5.20.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

3.5.20.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016);

3.5.21. a vedação de que trata o item 3.5.14. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de

serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

3.5.22. a vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

3.5.23. considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

3.5.24. não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

3.5.25. pessoa física.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.5 e 3.5.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.5 e 3.5.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.5. A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor de cada item e o valor total do grupo;
 - 6.1.2. marca;
 - 6.1.3. fabricante;
 - 6.1.4. quantidade cotada, devendo respeitar o descrito no termo de referência.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8.1. o prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 6.8.2. os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas.
- 6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e/ou pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.10. A forma física da proposta a ser inserida no sistema deverá conter:
- a) nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, números do CNPJ;
 - b) apresentar o preço unitário e total de cada item ofertado, em moeda corrente nacional, constante do Termo de Referência, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
 - c) conter a indicação de todas as características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas, de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital, de forma completa, em moeda corrente nacional, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, tais como: quantidade de pessoal alocado na execução do contrato, materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados, de acordo com o modelo de proposta constante do Anexo II do Termo de Referência;
 - d) as especificações detalhadas, de forma a demonstrar que atendem as especificações do objeto constantes deste edital;
 - e) prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
 - f) conter prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da OS em remessa, conforme constante do subitem 6.2, condições de entrega, no Termo de Referência;
 - g) conter a indicação da marca e modelo do produto ofertado para o item cotado;
 - h) conter garantia conforme estabelecido no item 3.44 do Anexo I deste edital (Termo de Referência);
 - i) apresentar declaração de que entregará o (s) equipamento (s) e/ou peças comprovadamente novo (s) e sem uso, uma vez que não serão aceitos materiais/equipamento(s) ou peça(s) recondicionado(s);
 - j) apresentar, junto à proposta, prospectos ou catálogos originais, autenticados ou cópia de site do fabricante na internet do(s) equipamento(s) e/ou acessórios oferecidos, sendo que estes deverão estar descritos na proposta da concorrente de forma clara e precisa contendo: marca, modelo e demais especificações técnicas suficientes para julgamentos coerentes entre si (catálogo original e propostas);
 - k) A comprovação de Qualificação técnica, conforme previsto no item 9.7 do termo de referência;
 - l) declaração de que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo IV deste edital;
 - m) declaração de ciência e termo de responsabilidade, conforme modelo constante no Anexo VI deste edital.
- 6.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 7.2.1. será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2. a desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. a não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo total do grupo único.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta, que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. a etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3. no procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.4. não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.18.1. havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 7.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.18.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.18.2. persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.18.2.2. empresas brasileiras;
- 7.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 7.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.20.1. tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos

definidos no Termo de Referência.

7.20.2. a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.3. a negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.4. o resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.5. o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.6. é facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (tcu.gov.br).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. a consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. a tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. o licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1. contiver vícios insanáveis;

8.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.5.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.6.1. a inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço e/ou aquisição ou da área especializada no objeto.

8.9. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas no Termo de Referência.

8.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

9.2.1. para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

9.3. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

- 9.4. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.
- 9.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 9.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por arquivo de mídia em PDF.
- 9.8.1. o pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.
- 9.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 9.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.13. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.13.1. somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 9.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 9.14.1. a não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 9.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.15.1. os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.16.1. os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.17. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.16.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:
- 9.17.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.17.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.17.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fê pública.
- 9.18. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.15.1.
- 9.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

- 10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 10.8.1. em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1. a apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 11.2.2. para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 205 e art. 206 do Decreto nº 44.330/23.
- 11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 12.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalsei.df.gov.br/>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 13.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.1.5. fraudar a licitação
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1. advertência;
 - 13.2.2. multa;
 - 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto.
 - 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. Multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 13.4.1. para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 13.4.2. para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Governo do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).
- 13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo endereço pregoeirosulog05@economia.df.gov.br*.
- 14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.4.1. a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2.1. o silêncio implica no decaimento do direito à contratação.
- 15.2.2. a convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.
- 15.2.3. a convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;
- 15.3.2. o fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no Termo de Referência a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;
- 15.3.3. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;
- 15.3.4. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;
- 15.3.5. a contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- 15.3.6. o prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, improrrogável e não sujeito a repactuação e, regra geral, também descabendo reajustamento;
- 15.3.7. o reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/03/2026, pela utilização do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 15.3.8. caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
- 15.3.9. a atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. A SEEC/DF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 16.10. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 16.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 16.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste

dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.

16.13. Nos termos da Lei Distrital n.º 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:

I - incentive a violência;

II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;

III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;

IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;

V - seja homofóbico, racista e sexista;

VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;

VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

16.14. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto n.º 46.174/2024.

16.15. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

16.15.1. a contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

16.16. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

16.17. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

16.18. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico gov.br/compras.

16.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.

ANEXO II - Modelo de Termo de Contrato.

ANEXO III - Modelo de Declaração de Responsabilidade Ambiental.

ANEXO IV - Modelo Declaração de não incorrência do Decreto 39.860/2019.

ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços.

ANEXO VI - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

PROCESSO Nº: 04033-00004775/2024-21

ANEXO I (Do Edital)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Do objeto

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa para o **fornecimento de subscrições de licenças de uso do software Microsoft Office 365 Enterprise** pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC-DF).

1.2. Da natureza da contratação

1.2.1. Os itens da pretensa contratação são de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, conforme art. 20 da Lei Federal 14.133, 1º de abril de 2021, e art. 73 do Decreto Distrital 44.330, 16 de março de 2023.

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme inciso I, do art. 74 do Decreto n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

1.3. Da vigência do contrato

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de **36 (trinta e seis) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo n.º 105 da Lei n.º 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por até 24 (vinte e quatro) meses.

1.3.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua utilização é contínua e renovável, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a dificuldade de realização de diversos processos de compras sempre que demandado tal serviço.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

- 2.1. A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal (GDF), tem entre suas competências a supervisão e gestão de atividades essenciais à administração pública, incluindo contratos corporativos, tecnologia da informação e política de gestão de pessoas. A Secretaria desempenha um papel estratégico na administração dos recursos públicos, planejamento orçamentário e modernização dos processos administrativos, garantindo eficiência e transparência na gestão governamental.
- 2.2. Para desempenhar essas funções com eficiência é essencial dispor de ferramentas tecnológicas que possibilitem a criação, edição, compartilhamento e gestão de documentos, planilhas e apresentações de forma segura e integrada. Assim, este Termo de Referência visa atualizar e garantir a continuidade por meio de uma solução moderna e integrada de suíte de escritório, essencial para a produtividade e comunicação institucional. A ausência de atualização dessas ferramentas impacta diretamente a eficiência das atividades administrativas da SEEC, reduzindo a colaboração entre equipes, dificultando a padronização de documentos e aumentando os riscos operacionais devido à incompatibilidade com novas tecnologias.
- 2.3. Historicamente, a SEEC tem adotado soluções de produtividade para a execução de suas atividades, garantindo compatibilidade, continuidade operacional e atendimento às demandas institucionais. Inicialmente, foi previsto a utilização do Microsoft Office 2013, que, à época, supria as demandas da organização. Com a evolução das necessidades operacionais e tecnológicas, foi essencial a atualização para a versão Microsoft Office 2016, proporcionando maior eficiência, novas funcionalidades e suporte adequado.
- 2.4. A transição para o Office 2016 permitiu a modernização das ferramentas de produtividade, garantindo a compatibilidade com documentos e processos administrativos já consolidados, sem impactos significativos na curva de aprendizado dos usuários. No entanto, com o avanço das exigências por soluções em nuvem, colaboração simultânea e maior integração entre plataformas, essa versão passou a apresentar restrições operacionais que comprometem a eficiência dos processos institucionais e eleva a propensão a erros decorrentes da falta de automação e integração entre sistemas.
- 2.5. Atualmente, a SEEC continua operando com **versões obsoletas de suítes de escritório**, predominantemente o Office 2016. Embora tenha sido amplamente utilizado ao longo dos anos, sua desatualização tem gerado impactos diretos na produtividade, interoperabilidade dos sistemas e segurança da informação. A ausência de atualizações contínuas aumenta as vulnerabilidades a ataques cibernéticos, enquanto a incompatibilidade com formatos mais recentes dificulta a colaboração entre equipes e a integração com outras plataformas governamentais. Além disso, a limitação na comunicação compromete a eficiência administrativa, uma vez que a falta de uma plataforma unificada baseada em nuvem restringe o trabalho colaborativo e o acesso remoto. A dependência do envio de documentos por e-mail e do armazenamento em servidores locais aumenta o risco de inconsistências e retrabalho, dificultando a automação de tarefas e impactando diretamente a produtividade.
- 2.6. Diante desse cenário, faz-se necessário a adoção de uma solução baseada em nuvem, atualizada e capaz de suprimir as restrições operacionais impostas pelas ferramentas atuais, garantindo integração com os documentos já utilizados atualmente, colaboração, eficiência e segurança da informação. O ambiente de trabalho moderno exige soluções tecnológicas que possibilitem acesso remoto, edição simultânea de documentos e maior eficiência na comunicação organizacional, alinhando-se aos objetivos estratégicos da organização e, assim, promovendo inovação, otimização de tempo e recursos.
- 2.7. Os seguintes aspectos/requisitos são fundamentais para garantir que as necessidades da Secretaria sejam plenamente atendidas em relação ao quadro funcional da instituição:
- 2.7.1. **Comunicação e Colaboração:** E-mail corporativo integrado com calendário, contatos e gerenciamento de tarefas; mensagens instantâneas e chat corporativo para comunicação interna segura; suporte à videoconferências e chamadas de voz, com compartilhamento de tela e gravação de reuniões; armazenamento em nuvem com capacidade mínima escalável, garantindo acesso remoto a documentos institucionais; controle granular de compartilhamento, permitindo restrição de acesso por usuário, grupo ou função;
- 2.7.2. **Segurança da Informação e Conformidade:** Controle de acesso baseado em perfis de usuário, garantindo que cada servidor tenha permissões adequadas às suas funções; criptografia de dados em trânsito e em repouso para proteger informações sensíveis; autenticação multifator (MFA) para reforçar a segurança no acesso às ferramentas; conformidade com normativas de proteção de dados e sigilo institucional; controle detalhado de permissões, permitindo auditoria de acessos, rastreamento de edições e geração de logs de atividades; backup automático e recuperação de desastres para garantir integridade e disponibilidade dos dados;
- 2.7.3. **Interoperabilidade e Integração:** Compatibilidade com os sistemas já utilizados pela secretaria; suporte a padrões abertos de arquivos, garantindo a troca de informações sem perda de formatação ou funcionalidade; integração com múltiplos sistemas operacionais; APIs e conectores para integração com outras soluções de produtividade e análise de dados;
- 2.7.4. **Ferramentas Avançadas de Produtividade:** Aplicações avançadas para criação, edição, formatação e compartilhamento de documentos, planilhas e apresentações; funcionalidade de coautoria em tempo real para trabalho colaborativo; ferramentas de automação, como criação de fórmulas avançadas e análise de dados dinâmicos; armazenamento em nuvem com controle de versões e histórico de alterações;
- 2.7.5. **Análise de Dados e Inteligência Estratégica:** Ferramentas avançadas para modelagem, análise e visualização de dados; dashboards interativos e relatórios customizáveis para subsidiar a tomada de decisão; funcionalidade de trabalho offline, com sincronização automática quando reconectado à internet; capacidade de escalabilidade para atender ao crescimento das demandas da Secretaria.

2.8. **Do alinhamento da solução de TIC com os instrumentos de planejamento:**

2.8.1. **Alinhamento ao Plano de Contratações Anual (PCA)**

2.8.1.1. Destaca-se que a contratação objeto deste Termo de Referência encontra-se devidamente registrada no Plano de Contratações Anual - PCA-2025 da Secretaria de Estado da Economia, na forma dos arts. 7º e 15, I, da Instrução Normativa SGD/ME n.º 94, de 23 de dezembro de 2022.

ALINHAMENTO AO PCA - SEEC 2025	
ID	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
16193	Aquisição Licença de Software, Suíte de Escritório (Microsoft Office): Os produtos inclusos no Enterprise Software Assurancesuíte de produtividade do Office (Outlook, Excel, Winword, Powerpoint, Skype, Access, Publisher), com licenciamento por dispositivo, demais especificações conforme termo de referencia.

2.8.2. **Alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e ao Plano Estratégico Institucional (PEI)**

2.8.2.1. O objeto da contratação está alinhado com Plano Estratégico Institucional da SEEC - 2023-2026 e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da SEEC, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AO PDTIC - SEEC 2023-2026 (INVENTÁRIO DE NECESSIDADES DE TIC)	
ID DA NECESSIDADE	DESCRIÇÃO NECESSIDADE DE TIC
SEEC-LIC 1	Aquisição de licenças de produtos e soluções Microsoft (Azure, Dynamics 365, Microsoft 365, 365 Business, Office, Teams, SQL Server, System Center, sistemas operacionais Windows, Windows Server, CIS Suite Datacenter, Exchange Server, Visual Studio, Share Point etc

ALINHAMENTO AO PDTIC - SEEC 2023-2026 (METAS E INDICADORES)		
ID	META	INDICADOR
MICRO-M1	Modernizar as soluções de computação pessoal da SEEC	nº de aquisições de novos equipamentos, licenças e soluções de computação pessoal para os servidores da SEEC, com base nas ações planejadas no PDTIC.

2.9. A relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto.

- 2.9.1. Dada a diversidade de atividades desempenhadas pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, é fundamental que a contratação de suíte de escritório e da ferramenta de comunicação corporativa contemple diferentes tipos de licenças, alinhadas às necessidades específicas de cada grupo de usuários, garantindo eficiência, adequação funcional e otimização dos recursos.
- 2.9.2. Nesse contexto, a equipe de planejamento, em colaboração com a equipe técnica da Secretaria, realizou um levantamento detalhado de demandas com o intuito de estimar a quantidade e o tipo de licenças necessárias para atender adequadamente às exigências operacionais. A metodologia adotada seguiu as seguintes etapas: 1º – Identificação e definição das unidades a serem consultadas; 2º – Elaboração de um formulário estruturado para a coleta de informações relativas às funções desempenhadas, principais atividades realizadas e ferramentas atualmente em uso; 3º – Levantamento de dados junto às unidades selecionadas; 4º – Consolidação e análise dos resultados obtidos. Os dados coletados foram rigorosamente analisados com o objetivo de identificar padrões de uso, desafios recorrentes e necessidades específicas, proporcionando uma base sólida para a atualização das ferramentas de escritório. Essa abordagem metodológica garantiu que as decisões fossem fundamentadas em evidências claras e alinhadas tanto às demandas operacionais da SEEC quanto às melhores práticas de governança em tecnologia da informação.
- 2.9.3. Com base nesse estudo e considerando o volume expressivo de documentos armazenados (3,4 TB), a definição dos quantitativos de licenças foi realizada levando em conta a quantidade de usuários por categoria/função, abrangendo servidores ativos, terceirizados e estagiários:

Tabela 1 - Quantitativo total de usuários da SEEC	
Usuários da Secretaria	Quantitativo
Servidores ativos (Alta Gestão, Administrativo, Planejamento/Controle e Áreas especializadas, como TI, engenharia e comunicação)	2.503
Terceirizados	1.053
Estagiários	64
TOTAL	3.620

- 2.9.4. Através do levantamento de usuários da SEEC, exibido na Tabela 1, foi possível definir o quantitativo de licenças e os tipos a serem destinados para cada um destes usuários, a fim de proporcionar uma solução completa e integrada para comunicação, colaboração e produtividade conforme a função e as atividades desempenhadas por estes usuários, o que garantirá maior eficiência, mobilidade e conformidade com os padrões de segurança e governança digital.
- 2.10. A forma de cálculo utilizada para a definição do quantitativo de bens e serviços que compõem a solução.
- 2.10.1. A partir da relação entre a necessidade da contratação de suítes de escritório e os respectivos volumes de usuários presentes na SEEC, definiu-se o quantitativo de licenças da solução Microsoft Office 365 para atendimento da demanda.
- 2.10.2. Dessa maneira, e com base nos requisitos técnicos necessários, as seguintes licenças do Microsoft Office 365 serão consideradas para a solução:
- 2.10.3. **Office 365 E1:** Versão básica do Office 365, que permite somente o acesso aos aplicativos do Office na web, como Excel e Outlook, e a serviços de nuvem, como o OneDrive. Esta versão não é possível ser utilizada sem internet. Por oferecer um conjunto mais básico de ferramentas, essa licença será prioritariamente destinada aos estagiários, cujo perfil de trabalho não exige o uso avançado de funcionalidades offline ou recursos mais robustos de segurança e colaboração. Dessa forma, a distribuição inicial busca garantir um uso racional das licenças, assegurando que os recursos mais avançados sejam direcionados aos usuários que realmente necessitam deles.
- 2.10.4. **Office 365 E3:** A licença O365 E3 amplia as possibilidades de produtividade e colaboração, fornecendo acesso integral aos aplicativos do Office, como Word, Excel, PowerPoint e Outlook, tanto na versão web quanto na versão instalada localmente, oferecendo maior capacidade de armazenamento seguro em nuvem, controle de acesso baseado em identidade e funcionalidades básicas de proteção e conformidade, como políticas de retenção de dados, criptografia e bloqueio contra ameaças básicas. Essa licença será direcionada aos usuários em geral, abrangendo os setores Administrativo, planejamento, controle e terceirizados que desempenham atividades que demandam trabalho contínuo com documentos e planilhas, colaboração ativa por meio do Microsoft Teams e armazenamento estruturado de informações na nuvem. A escolha para esses grupos visa garantir que todos os colaboradores envolvidos nos processos administrativos e operacionais tenham acesso às ferramentas essenciais para a execução eficiente de suas funções.
- 2.10.5. **Office 365 E5:** Além de todas as funcionalidades do plano E3, essa licença oferece um nível avançado de segurança cibernética, monitoramento contínuo e resposta a incidentes. Inclui proteção contra ameaças sofisticadas por meio do Microsoft Defender, que possibilita

detecção e mitigação de ataques em tempo real. Conta também com análise preditiva para identificação de padrões anômalos e preservação contra vazamento de dados (DLP) através do Microsoft Information Protection, assegurando a confidencialidade e integridade das informações institucionais. Além disso, o Office 365 E5 inclui recursos adicionais como o Power BI Pro, que permite a criação de relatórios avançados e painéis interativos, essenciais para a tomada de decisões baseada em dados, como também o MyAnalytics e Workplace Analytics, para fornecer insights sobre os padrões de trabalho e colaboração da equipe, ajudando a identificar oportunidades para melhorar a eficiência e a produtividade. Essas licenças serão destinadas aos usuários de alta gestão (Secretário de Estado, Secretários Executivos, Subsecretários, Chefes de Unidade e Assessores que necessitam da ferramenta Power BI para desenvolver seus trabalhos), área técnica vinculada à alta gestão e de áreas especializadas (TI, Engenharia, Comunicação, Fabrica de Software, Contabilidade, Departamento de Recursos Humanos, Departamento Pessoal e Departamento Financeiro), devido à demanda por um nível extra de segurança e funcionalidades especializadas, seja para a análise de dados estratégicos, o desenvolvimento e manutenção de sistemas institucionais, a gestão de informações financeiras ou a proteção de dados sensíveis relacionados aos colaboradores e às operações do órgão.

2.10.6. **Microsoft Entra ID P1:** É uma solução avançada de identidade e segurança na nuvem, voltada para o gerenciamento de identidade e acesso. Parte do Microsoft Entra ID (antigo Azure Active Directory - AAD), foi projetada para empresas que requerem um controle aprimorado sobre usuários e dispositivos. O Entra ID P1 oferece recursos como autenticação multi-fator (MFA), acesso condicional, integração com aplicações SaaS e relatórios de segurança, garantindo maior proteção e conformidade no ambiente corporativo. A implementação da autenticação MFA é um requisito essencial para fortalecer a segurança, reduzindo vulnerabilidades associadas ao acesso não autorizado. Esse mecanismo adiciona um nível complementar de proteção ao exigir que os usuários realizem múltiplas verificações antes de acessarem os sistemas, dificultando ataques que explorem credenciais comprometidas. Este recurso avançado servirá para o gerenciamento de identidades e controle de acesso, primordiais para que a equipe técnica especializada da SETIC possa ter maior segurança, gestão, administração e eficiência na execução dos serviços entregues às áreas de negócio da SEEC. O quantitativo de licenças Microsoft Entra ID P1 elencado neste projeto está em acordo com o quantitativo de especialista técnicos e administradores dos domínios da rede GDFNET.

2.10.6.1. Um tenant do Azure representa a organização e engloba seus usuários e recursos de nuvem. As contas de administração associadas ao Tenant do Azure, sincronizadas com o Active Directory local, não farão uso dos licenciamentos E1, E3 ou E5, o que implica na necessidade de licenciamento adicional para garantir a segurança no acesso e permitir a execução eficiente de tarefas administrativas em lote. Para atender a essas necessidades, é essencial a atribuição do licenciamento Microsoft Entra ID P1, que oferece recursos avançados de gerenciamento de identidade e controle de acesso. O fabricante recomenda que, para funções administrativas críticas, como a gestão de acesso e segurança, sejam utilizadas no máximo 5 contas com o perfil de Global Administrator. No ambiente da SETIC, para garantir redundância no acesso e a continuidade das operações, foram designadas 3 contas com o perfil de Global Administrator, sendo aplicadas, portanto, 3 licenças do Microsoft Entra ID P1 a essas contas, assegurando a conformidade com as melhores práticas de segurança e gestão de identidade.

2.10.7. Com base na análise detalhada das necessidades específicas de cada área de negócio da Secretaria, foi possível definir o quantitativo adequado de licenças, assegurando que cada setor disponha dos recursos necessários para atender às suas demandas operacionais de forma eficiente. O resultado dessa avaliação gerou o seguinte quantitativo de licenças:

Tabela 2 - Distribuição das Licenças Microsoft Office 365 (E1, E3 e E5)				
Categoria de Usuário	Total de Usuários	Licença Recomendada	Reserva Técnica (Acréscimo 10%)	Total
Alta Gestão e Áreas Especializadas (TI, Engenharia, Comunicação e Analista de BI).	200	E5	20	220
Administrativo, Planejamento e Controle e Terceirizados.	3.356	E3	336	3.692
Estagiários	64	E1	6	70
Total de Licenciamento:	3.620	-	362	3.982

2.10.8. Proporcionando a continuidade e atendimento das demandas emergentes da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, é fundamental garantir uma reserva estratégica de 10% de subscrições Office 365 (exceto a licença Entra ID P1 Sub Per User), que **serão utilizadas exclusivamente sob demanda**, assegurando que a subscrição e ativação ocorram apenas quando houver requisição comprovada. Essa medida visa acomodar a admissão de novos servidores, garantindo que todos disponham das ferramentas, como por exemplo, a SEEC está em processo de expansão de seu quadro funcional, especialmente com a realização de concursos para a carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental (PPGG).

2.10.9. Conforme mencionado, a SEEC também conta com a colaboração de estagiários, que desempenham papel crucial no suporte às atividades administrativas e técnicas. A rotatividade inerente a esses cargos exige uma disponibilidade flexível de licenças, permitindo a rápida adaptação às variações desses funcionários ativos. Manter uma reserva de licenças não apenas facilita a integração de novos colaboradores, mas também garante a continuidade dos projetos e serviços da SEEC. A falta dessas subscrições poderia resultar em atrasos operacionais, comprometendo prazos e a qualidade dos serviços prestados à sociedade. A disponibilidade de licenças adicionais permite que a SEEC responda prontamente a demandas emergenciais, como a contratação temporária de pessoal para projetos específicos ou a cobertura de ausências inesperadas.

2.10.10. **Microsoft Teams:** Neste projeto, as licenças E1, E3 e E5 do Office 365, em qualquer uma de suas variantes, não incluem o Microsoft Teams como uma ferramenta integral de colaboração e comunicação, conforme descrito no documento Informativo sobre o Catálogo de Soluções de TIC - Microsoft. O Teams proporciona uma plataforma centralizada para chats, chamadas de vídeo, reuniões, compartilhamento de arquivos e colaboração em tempo real, atendendo às necessidades de comunicação das equipes de trabalho. Dessa maneira, a obtenção da licença **Microsoft Teams** para todos os usuários, independentemente de estarem vinculados à licença Office 365 E1, E3 ou E5, é essencial para garantir uma comunicação unificada, eficiente e segura em toda a organização. O Microsoft Teams é a principal plataforma de colaboração da Microsoft, integrando chats, chamadas, reuniões, compartilhamento de arquivos e integração com outras ferramentas do Microsoft 365. Ao assegurar que todos os colaboradores tenham acesso à ferramenta, a Secretaria promove a inclusão digital, elimina barreiras de comunicação entre equipes e níveis hierárquicos, além de padronizar o ambiente de trabalho colaborativo. Isso se traduz em maior produtividade, alinhamento estratégico e facilidade na gestão de TI, reforçando a segurança e a governança dos dados corporativos em um único ecossistema.

2.10.11. Dessa maneira, a Tabela 3 abaixo descreve o quantitativo total de licenças Microsoft Office 365 para este projeto:

Tabela 3 - Quantitativo total de licenças para essa solução	
Licença Microsoft	Quantitativo Total
O365 E1 FUSL No Teams Sub Per User	70
O365 E3 FUSL No Teams Sub Per User	3.692
O365 E5 FUSL No Teams Sub Per User	220
Teams Enterprise Sub Per User	3.982
Entra ID P1 Sub Per User	3

2.11. Os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação.

- 2.11.1. Substituir versões desatualizadas e sem suporte dos softwares de produtividade e colaboração (Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Powerpoint, etc);
- 2.11.2. Garantir a segurança das informações tratadas na ferramenta do Office 365 (Word, Excel, Outlook - E-mails, conversas e documentos);
- 2.11.3. Garantir a disponibilidade da informação localmente e na nuvem para os diversos dispositivos utilizados pelos usuários (Desktop, tablet, notebook e celular);
- 2.11.4. Dispor de segurança avançada no acesso com uso do duplo fator de autenticação;
- 2.11.5. Melhorar a colaboração e integração, aumentando a produtividade geral;
- 2.11.6. Garantir o aumento exponencial do recurso da capacidade de armazenamento (de 2GB para 100GB);
- 2.11.7. Permitir o acesso online e multi-plataforma aos aplicativos e soluções de colaboração;
- 2.11.8. Aumentar a gama de serviços e padronização à disposição dos usuários e da área de TIC, como Teams, One Drive, sharepoint e Power Automate, dentre outros;
- 2.11.9. Aprimorar a comunicação digital no ambiente corporativo, possibilitando maior eficiência na troca de informações e na execução de tarefas, além de garantir maior alinhamento entre equipes e redução de falhas operacionais;
- 2.11.10. Proporcionar um ambiente de trabalho mais integrado, favorecendo a comunicação e a colaboração em tempo real entre servidores, terceirizados e estagiários;
- 2.11.11. Minimizar os esforços e custos de transição tecnológica aos usuários, mantendo-se compatibilidade visual, operacional e técnica do ferramental atualmente utilizado;
- 2.11.12. Melhorar a gestão operacional de projetos e tarefas da Secretaria em geral.

2.12. Do princípio da padronização

- 2.12.1. A presente contratação observa que o princípio da padronização é essencial para garantir a compatibilidade técnica e de desempenho de todos os itens a ser adquiridos, a fim de prestar continuidade de serviços de suítes de escritório para todos os usuários da SEEC. Padronizar especificações assegura que todos os componentes funcionem de forma integrada, facilitando a manutenção, assistência técnica e otimiza a gestão de garantias. Isso resulta em maior eficiência operacional, minimiza riscos de incompatibilidades e falhas, e promove uma resposta mais ágil em caso de reparos, além de garantir economicidade e qualidade nas aquisições públicas.
- 2.12.2. É importante destacar que ele não se limita apenas à padronização de formatos de documentos, mas abrange também a compatibilidade tecnológica, a interoperabilidade entre sistemas, a continuidade operacional e a economicidade na gestão dos contratos. No caso específico da contratação de soluções Microsoft Office 365, a escolha dessa tecnologia foi fundamentada na necessidade de manter a conformidade com os padrões tecnológicos já estabelecidos no ambiente corporativo do Governo do Distrito Federal (GDF), garantindo a continuidade das operações e a integração eficiente dos sistemas existentes.

2.13. Do parcelamento da solução de TIC

- 2.13.1. Em conformidade com o inciso II, parágrafo 3º, art. 40 da Lei nº 14.133/2021, optou-se por não parcelar a contratação da solução de TIC, pois a divisão do objeto prejudicaria a economia de escala, acarretando custos mais elevados para a Administração Pública.
- 2.13.2. A subscrição das licenças de forma unificada proporciona condições comerciais mais favoráveis, com descontos progressivos e a eliminação de custos adicionais relacionados à gestão de múltiplos contratos. O parcelamento do objeto poderia gerar despesas operacionais e administrativos extras, comprometendo a eficiência e a economicidade. A contratação integral da solução assegura a padronização tecnológica, evitando incompatibilidades e dificuldades no gerenciamento do suporte técnico.
- 2.13.3. O Governo Federal do Brasil, por meio da Secretaria de Governo Digital, estabeleceu acordos corporativos com a Microsoft visando à padronização das contratações e à obtenção de descontos significativos. Esses acordos permitem que diferentes órgãos públicos adquiram licenças de software com condições comerciais mais vantajosas, desde que sigam os termos estabelecidos nos catálogos de soluções de TIC com condições padronizadas. A fragmentação dessas aquisições em adjudicações individuais poderia comprometer a uniformidade contratual e, consequentemente, os descontos negociados.
- 2.13.4. O agrupamento dos itens em um único lote também facilita o gerenciamento do contrato das licenças Microsoft, pois permite planejar e adquirir todas as licenças em um único processo de contratação, otimizando os esforços administrativos. Esse modelo evita a multiplicação de novas licitações e contratos, caso fosse adotado o critério de adjudicação por item, e reduz o risco de interrupção de fornecimento, garantindo a continuidade da operação dos serviços e o alcance dos objetivos institucionais.
- 2.13.5. Além disso, a não realização do parcelamento para a subscrição das licenças do Microsoft Office 365 é justificada por uma série de considerações técnicas e operacionais que demonstram a viabilidade e os benefícios de um pagamento único, sem a necessidade de parcelamento.
- 2.13.6. Primeiramente, a assinatura por subscrição do Office 365 é uma solução baseada em pagamento por assinatura anual, com um valor

fixo por usuário, e não um pagamento por licenciamento perpétuo ou um modelo de compra única. Esse modelo de pagamento assegura o acesso contínuo a todas as atualizações de segurança, novas funcionalidades e melhorias dos aplicativos, sem interrupções no serviço, o que garante maior estabilidade e continuidade para os processos da Secretaria.

2.13.7. Ademais, a Microsoft oferece um conjunto de recursos integrados que englobam, além das licenças do Office, serviços como OneDrive para armazenamento em nuvem, Microsoft Teams para colaboração e comunicação, e Exchange Online para gerenciamento de e-mails. Esses serviços são vitais para a modernização da infraestrutura de TI da Secretaria e para promover a mobilidade e a flexibilidade dos servidores. A subscrição por meio de um lote único garante que todos os usuários tenham acesso contínuo e ininterrupto a essas ferramentas, sem o risco de falhas operacionais que poderiam ocorrer caso houvesse um parcelamento e não houvesse a renovação regular da assinatura.

2.13.8. Do ponto de vista operacional, o parcelamento não se alinha com a estrutura do modelo de licenciamento do Office 365, que é projetado para funcionar de maneira integrada, contínua e com pagamento anual. Ao parcelar, poderiam ocorrer riscos relacionados ao controle e ao gerenciamento de múltiplos pagamentos ao longo do ano, o que complicaria o processo de auditoria e a conformidade com as políticas orçamentárias da Secretaria. O lote único simplifica os processos administrativos, garantindo uma visão mais clara e organizada dos gastos com licenciamento de software.

2.13.9. Portanto, a não adoção do parcelamento para a subscrição das licenças do Microsoft Office 365 é uma decisão técnica que visa simplificar a gestão contratual, garantir a continuidade e a segurança dos serviços, além de assegurar a eficiência operacional no uso das ferramentas essenciais para a produtividade e colaboração na Secretaria.

2.14. **Conformidade com a IN SGD nº 94/2022 e Observância das Diretrizes do SISP.**

2.14.1. Registra-se que o objeto da contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD nº 94/2022. Na elaboração deste Termo de Referência, foram respeitadas as vedações previstas no artigo 5º da mesma Instrução Normativa, bem como cumprido o Anexo I da IN SGD/ME nº 94.

2.14.2. Adicionalmente, foram seguidos os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP, conforme disposto no §2º do artigo 8º da IN SGD/ME nº 94.

2.15. **Do catálogo eletrônico de padronização.**

2.15.1. Considerando que a Secretaria de Economia é signatária do Catálogo de Condições Padronizadas, com base no Acordo de Cooperação entre o Governo Federal e a Microsoft, por meio do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas — disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/catalogos-de-solucoes-de-tic-com-condicoes-padronizadas-para-licenciamento-de-software> — é plenamente possível a sua utilização na presente contratação, conforme permitido pelos arts. 19, II, §2º e 43, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, combinados com os arts. 82, parágrafo único, e 83, §1º, do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.

3. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**

3.1. A Tabela 4 abaixo, descreve os itens que compõem a solução:

Tabela 4 - Quantitativo de itens da solução				
Lote	Item	Descrição	Identificador SGD	Quantidade
1	1	O365 E1 FUSL No Teams Sub Per User	MS.5.0-A1597	70
1	2	O365 E3 FUSL No Teams Sub Per User	MS.5.0-A1630	3.692
1	3	O365 E5 FUSL No Teams Sub Per User	MS.5.0-A1649	220
1	4	Teams Enterprise Sub Per User	MS.5.0-A1248	3.982
1	5	Entra ID P1 Sub Per User	MS.5.0-A1027	3

3.2. **DESCRIÇÃO DOS ITENS:**

3.2.1. **O365 E1 FUSL No Teams Sub Per User**

- 3.2.1.1. A licença por subscrição do O365 E1, por usuário, deve englobar as seguintes funcionalidades:
- 3.2.1.2. Microsoft 365 para dispositivos móveis (iOS, Android e Windows), onde cada usuário poderá instalar os aplicativos do Microsoft 365 para dispositivos móveis em até cinco tablets e cinco celulares. Neste caso, aplicativos para desktop não estão incluídos;
- 3.2.1.3. Outlook para web e dispositivos móveis, garantindo conexão com e-mail empresarial, calendário e contatos;
- 3.2.1.4. Microsoft Bookings, para agendamento de horários e gerenciamento de reservas;
- 3.2.1.5. Microsoft Whiteboard (tela de colaboração visual);
- 3.2.1.6. SharePoint Plano 1, para compartilhamento e gerenciamento de conteúdo, conhecimento e aplicativos com 1TB de armazenamento do OneDrive por usuário;
- 3.2.1.7. Microsoft Stream, para conteúdo de vídeo inteligente;
- 3.2.1.8. Microsoft Forms para coleta de dados;
- 3.2.1.9. Power Automate para Microsoft 365 a fim de facilitar as tarefas repetitivas com automação do fluxo de trabalho;
- 3.2.1.10. Microsoft To Do para planejamento e gerenciamento das tarefas do dia-a-dia;
- 3.2.1.11. Sincronização do Active Directory local para SSO (logon único);

- 3.2.1.12. Microsoft 365 na Web para utilização dos aplicativos Outlook, Word, Excel, PowerPoint e OneNote para criação, compartilhamento e colaboração de arquivos;
- 3.2.1.13. Exchange Online Plano 1, garantindo um e-mail empresarial seguro e confiável com uma caixa de correio de 50GB por usuário;
- 3.2.1.14. Delve para gerenciamento de perfil do usuário;
- 3.2.1.15. Sway para criação de boletins informativos, apresentações e documentos;
- 3.2.1.16. OneDrive com 1TB de armazenamento em nuvem para acesso de qualquer lugar e em qualquer dispositivo;
- 3.2.1.17. Criação de grupos para colaboração em equipes de trabalho;
- 3.2.1.18. Power Apps para Microsoft 365 para desenvolvimento de aplicativos de negócios;
- 3.2.1.19. Microsoft Planner para organização, definição de planos de trabalho, atribuição de tarefas, compartilhamento de arquivos e verificação de atualizações sobre o progresso das atividades;
- 3.2.1.20. Microsoft Graph;
- 3.2.1.21. Visio para web, a fim de criar, editar, compartilhar e cocriar diagramas e fluxogramas profissionais;
- 3.2.1.22. Autenticação multi-fator.

3.2.2. O365 E3 FUSL No Teams Sub Per User

- 3.2.2.1. A licença por subscrição do O365 E3, por usuário, deve englobar as seguintes funcionalidades:
- 3.2.2.2. Microsoft 365 Apps, garantindo instalação dos aplicativos do Microsoft 365 em até cinco computadores, cinco tablets e cinco celulares. Exceto OneNote e Microsoft Access, que engloba apenas computadores;
- 3.2.2.3. Outlook, garantindo conexão com e-mail empresarial, calendário e contatos;
- 3.2.2.4. Microsoft Bookings, para agendamento de horários e gerenciamento de reservas;
- 3.2.2.5. Microsoft Whiteboard (tela de colaboração visual);
- 3.2.2.6. Microsoft Stream, para conteúdo de vídeo inteligente;
- 3.2.2.7. Microsoft Clipchamp para criação, edição e compartilhamento de vídeo em alta qualidade;
- 3.2.2.8. Microsoft Forms para coleta de dados;
- 3.2.2.9. Microsoft Planner para organização, definição de planos de trabalho, atribuição de tarefas, compartilhamento de arquivos e verificação de atualizações sobre o progresso das atividades;
- 3.2.2.10. Microsoft Viva Insights (informações pessoais);
- 3.2.2.11. Configurações de roaming, telemetria do Microsoft 365 e suporte de política de grupo;
- 3.2.2.12. Sincronização do Active Directory local para SSO (login único);
- 3.2.2.13. Microsoft 365 na Web para utilização dos aplicativos Outlook, Word, Excel, PowerPoint e OneNote para criação, compartilhamento e colaboração de arquivos;
- 3.2.2.14. Delve para gerenciamento de perfil do usuário;
- 3.2.2.15. Criação de grupos para colaboração em equipes de trabalho;
- 3.2.2.16. Sway para criação de boletins informativos, apresentações e documentos;
- 3.2.2.17. Power Apps para Microsoft 365 para desenvolvimento de aplicativos de negócios;
- 3.2.2.18. Power Automate para Microsoft 365, a fim de facilitar as tarefas repetitivas com a automação do fluxo de trabalho;
- 3.2.2.19. Microsoft To Do para planejamento e gerenciamento das tarefas do dia-a-dia;
- 3.2.2.20. Microsoft Graph;
- 3.2.2.21. Ativação de computador compartilhado;
- 3.2.2.22. Conformidade para promover a conformidade das informações legais com arquivamento de email, pesquisa de conteúdo, auditoria básica, políticas de retenção manual e rótulos de confidencialidade;
- 3.2.2.23. Visio para web, a fim de criar, editar, compartilhar e cocriar diagramas e fluxogramas profissionais;
- 3.2.2.24. Exchange Online, com 100GB de e-mail e calendários empresariais;
- 3.2.2.25. OneDrive com 1TB ou mais de armazenamento em nuvem para acesso de qualquer lugar e em qualquer dispositivo;
- 3.2.2.26. SharePoint Online para colaboração e gerenciamento de documentos.
- 3.2.2.27. Proteção de informações do Microsoft Purview, para ajudar a proteger informações com criptografia de mensagens e prevenção contra perda de dados;
- 3.2.2.28. Recursos de conformidade com a Descoberta Eletrônica do Microsoft Purview e a Auditoria do Microsoft Purview (Standard);
- 3.2.2.29. DLP (Data Loss Prevention) para e-mails e arquivos;
- 3.2.2.30. Autenticação multi-fator.

3.2.3. O365 E5 FUSL No Teams Sub Per User

- 3.2.3.1. A licença por subscrição do O365 E5, por usuário, deve englobar as seguintes funcionalidades:
- 3.2.3.2. Microsoft 365 Apps, garantindo instalação dos aplicativos do Microsoft 365 em até cinco computadores, cinco tablets e cinco celulares. Exceto OneNote e Microsoft Access, que engloba apenas computadores;
- 3.2.3.3. Outlook, garantindo conexão com e-mail empresarial, calendário e contatos;
- 3.2.3.4. Microsoft Bookings, para agendamento de horários e gerenciamento de reservas;
- 3.2.3.5. Microsoft Whiteboard (tela de colaboração visual);
- 3.2.3.6. Microsoft Stream, para conteúdo de vídeo inteligente;

- 3.2.3.7. Microsoft Clipchamp para criação, edição e compartilhamento de vídeo em alta qualidade;
- 3.2.3.8. Microsoft Forms para coleta de dados;
- 3.2.3.9. Microsoft Planner para organização, definição de planos de trabalho, atribuição de tarefas, compartilhamento de arquivos e verificação de atualizações sobre o progresso das atividades;
- 3.2.3.10. Microsoft Viva Insights (informações pessoais);
- 3.2.3.11. Configurações de roaming, telemetria do Microsoft 365 e suporte de política de grupo;
- 3.2.3.12. Sincronização do Active Directory local para SSO (logon único);
- 3.2.3.13. Microsoft 365 na Web para utilização dos aplicativos Outlook, Word, Excel, PowerPoint e OneNote para criação, compartilhamento e colaboração de arquivos;
- 3.2.3.14. Delve para gerenciamento de perfil do usuário;
- 3.2.3.15. Interface de usuário multilíngue para os aplicativos do Microsoft 365;
- 3.2.3.16. Criação de grupos para colaboração em equipes de trabalho;
- 3.2.3.17. Sway para criação de boletins informativos, apresentações e documentos;
- 3.2.3.18. Power Apps para Microsoft 365 para desenvolvimento de aplicativos de negócios;
- 3.2.3.19. Power Automate para Microsoft 365, a fim de facilitar as tarefas repetitivas com a automação do fluxo de trabalho;
- 3.2.3.20. Microsoft To Do para planejamento e gerenciamento das tarefas do dia-a-dia;
- 3.2.3.21. Microsoft Graph;
- 3.2.3.22. Ativação de computador compartilhado;
- 3.2.3.23. Conformidade para promover a conformidade das informações legais com arquivamento de email, pesquisa de conteúdo, auditoria básica, políticas de retenção manual e rótulos de confidencialidade;
- 3.2.3.24. Visio para web, a fim de criar, editar, compartilhar e cocriar diagramas e fluxogramas profissionais;
- 3.2.3.25. Exchange Online, com 100GB de e-mail e calendários empresariais;
- 3.2.3.26. OneDrive com 1TB ou mais de armazenamento em nuvem para acesso de qualquer lugar e em qualquer dispositivo;
- 3.2.3.27. SharePoint Online para colaboração e gerenciamento de documentos.
- 3.2.3.28. Proteção de informações do Microsoft Purview, para ajudar a proteger informações com criptografia de mensagens e prevenção contra perda de dados;
- 3.2.3.29. Recursos de conformidade das informações legais com pesquisa de conteúdo, arquivamento de email, Descoberta Eletrônica do Microsoft Purview, auditoria básica, políticas de retenção manual e rótulos de confidencialidade;
- 3.2.3.30. Microsoft Viva Engage (comunidade e conversas);
- 3.2.3.31. DLP (Data Loss Prevention) para e-mails e arquivos;
- 3.2.3.32. Autenticação multi-fator;
- 3.2.3.33. Power BI PRO;
- 3.2.3.34. Microsoft 365 Cloud App Security para obter visibilidade avançada dos aplicativos de sua organização, análises sofisticadas para identificar e combater ameaças cibernéticas, além de monitoramento em tempo real e controle do tráfego de dados;
- 3.2.3.35. Microsoft Defender (Plano 2), para proteção contra ataques cibernéticos sofisticados como phishing e malware de dia zero.

3.2.4. **Teams Enterprise Sub Per User**

- 3.2.4.1. A licença por subscrição do Teams Enterprise, por usuário, deve englobar as seguintes funcionalidades:
- 3.2.4.2. Reuniões em grupo ilimitadas por até 30 horas;
- 3.2.4.3. 10 GB de armazenamento na nuvem por usuário;
- 3.2.4.4. Suporte por telefone ou pela Web a qualquer momento;
- 3.2.4.5. Chat ilimitado com colegas de trabalho e clientes;
- 3.2.4.6. Compartilhamento de arquivos, tarefas e pesquisas;
- 3.2.4.7. Criptografia de dados para reuniões, chat, chamadas e arquivos.

3.2.5. **Entra ID P1 Sub Per User**

- 3.2.5.1. A licença Microsoft Entra ID P1 oferece uma camada adicional de segurança e controle de acesso, permitindo que administradores acessem de maneira segura recursos e aplicativos tanto na nuvem quanto localmente. Com essa licença, é possível implementar autenticação multifatorial, políticas de acesso condicional e gerenciamento avançado de identidades, garantindo que apenas usuários autorizados tenham acesso a recursos críticos, independentemente de sua localização. Além disso, o Entra ID P1 permite a execução de tarefas administrativas de forma mais eficiente e segura, com recursos robustos para gerenciar e proteger o acesso a sistemas e dados sensíveis.
- 3.2.5.2. A licença Microsoft Entra ID P1 deve englobar as seguintes funcionalidades:
- 3.2.5.3. Acesso condicional;
- 3.2.5.4. Controle de acesso baseado em função (RBAC);
- 3.2.5.5. Gerenciamento avançado de grupos;
- 3.2.5.6. Sincronização de usuários entre locatários, organizações multilocatários;
- 3.2.5.7. Acesso limitado ao Microsoft Office SharePoint Online;
- 3.2.5.8. Gerenciamento da vida útil da sessão;
- 3.2.5.9. Proteção e gerenciamento global de senhas;

- 3.2.5.10. Proteção de identidade;
- 3.2.5.11. Relatórios de uso e segurança avançada;
- 3.2.5.12. Contexto de autenticação (autenticação por etapas);
- 3.2.5.13. Filtros de dispositivo e aplicativo para Acesso condicional;
- 3.2.5.14. Provisionamento automatizado de usuário para aplicativos de software como serviço (SaaS);
- 3.2.5.15. Provisionamento de usuário automatizado para aplicativos locais;
- 3.2.5.16. Provisionamento do grupo automatizado para aplicativos;
- 3.2.5.17. Provisionamento orientado a RH;
- 3.2.5.18. Atestado de termos de uso;
- 3.2.5.19. Emissão de credenciais verificáveis;
- 3.2.5.20. Verificação de credenciais verificáveis;
- 3.2.5.21. Autenticação multi-fator.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de negócio.

- 4.1.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:
- 4.1.2. A adoção da solução Microsoft Office 365, solução baseada em nuvem, permitirá suprimir as restrições operacionais impostas pelas ferramentas atuais, garantindo integração com os documentos já utilizados atualmente, colaboração e segurança da informação. O ambiente de trabalho moderno exige soluções tecnológicas que possibilitem acesso remoto, edição simultânea de documentos e maior eficiência na comunicação organizacional, alinhando-se aos objetivos estratégicos da organização e, assim, promovendo inovação, otimização de tempo e recursos.
- 4.1.3. Dessa maneira, a contratação de suite de escritório Office 365 é essencial para atender às demandas operacionais e estratégicas da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, garantindo eficiência, produtividade, segurança e alinhamento com as melhores práticas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Dessa maneira, os seguintes aspectos serão considerados:
- 4.1.4. A solução baseada em nuvem permitirá modernizar os processos institucionais, proporcionando maior eficiência, acessibilidade e colaboração, possibilitando os usuários o acesso a documentos, planilhas, apresentações e outras ferramentas de produtividade de qualquer lugar e dispositivo, desde que haja conexão com a internet.
- 4.1.5. A solução deve atender aos padrões de compatibilidade e interoperabilidade, assegurando integração com os sistemas já utilizados pela Secretaria, como também deve ser compatível com sistema operacional Windows 10 e superior.
- 4.1.6. A ferramenta deve também oferecer um conjunto completo de funcionalidades para criação, edição, compartilhamento e armazenamento de documentos, planilhas e apresentações, com recursos avançados, como formatação colaborativa, automação de cálculos, análise de dados e construção de gráficos dinâmicos. A edição simultânea de arquivos por múltiplos usuários, com controle de versões e rastreamento de alterações, é imprescindível para garantir maior eficiência nos processos internos.
- 4.1.7. Incluir soluções integradas para comunicação corporativa, como e-mail institucional, agenda corporativa, calendário e gerenciamento de tarefas, como também possuir recursos de videoconferência, chat corporativo, compartilhamento de tela para reuniões remotas e colaboração em tempo real, a fim de proporcionar um ambiente colaborativo unificado para os servidores e funcionários da Secretaria.
- 4.1.8. Contemplar requisitos robustos, incluindo criptografia de ponta a ponta, autenticação multi-fator (MFA) e controle avançado de permissões, restringindo a edição, visualização e compartilhamento de documentos conforme a hierarquia organizacional. Deve atender às normativas vigentes de proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo sigilo institucional e proteção contra ameaças cibernéticas. Além disso, é essencial a presença de mecanismos de backup e recuperação de desastres para evitar a perda de dados críticos.
- 4.1.9. Considerar não apenas a segurança e a eficiência operacional, mas também a usabilidade e as competências das equipes. A interface deve ser intuitiva e de fácil utilização, reduzindo a curva de aprendizado e garantindo maior produtividade desde a sua implementação.

4.2. Requisitos de Garantia e Manutenção.

- 4.2.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 03 meses (90 dias), contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 4.2.2. Caso ocorram problemas com a validação das licenças a partir do recebimento das chaves dos produtos ou adição ao Painel da Administrativo Microsoft, a CONTRATADA deverá corrigir o evento no prazo máximo de 48 horas corridas.
- 4.2.3. Decorrido o prazo acima estabelecido sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a aplicar glosas, conforme descrito no subitem 7.14;
- 4.2.4. Toda a solução deve contemplar atualizações e garantia total por todo o período de vigência das licenças. Caso haja renovação do licenciamento será também renovada a garantia, conforme quantidades, requisitos e especificações constantes no contrato e neste Termo de Referência.
- 4.2.5. A garantia dos produtos deve, obrigatoriamente, prover o direito a novas versões de todos os softwares contratados e permitir o acesso aos sites oficiais do fabricante para o suporte às licenças.
- 4.2.6. Garantia de suporte técnico pela FABRICANTE, sem limitação de chamados de suporte, para todo o parque de produtos adquiridos.

4.3. Requisitos Temporais.

- 4.3.1. A entrega das licenças descritas neste Termo de Referência devem ser efetivadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS) ou equivalente, emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE;
- 4.3.2. Será realizada uma Reunião inicial de alinhamento (Kick-off) em até 10 (dez) dias corridos após a convocação.
- 4.3.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.3.4. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos.

4.4. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade.

- 4.4.1. A CONTRATADA deverá:
- 4.4.2. Cumprir as disposições da Política de Segurança da Informação desta instituição.
- 4.4.3. Utilizar tais informações apenas com o propósito de bem e fiel cumprimento do objeto contratado.
- 4.4.4. Manter o sigilo relativo às informações confidenciais e revelá-las apenas aos empregados cadastrados que tiverem necessidade de ter conhecimento sobre elas; deverá manter em caráter confidencial todas as informações a que teve acesso, mesmo após o término do prazo de vigência ou eventual rescisão do contrato.
- 4.4.5. A Solução contratada deverá possuir recursos que possibilitem a definição de regras e configurações aderentes à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).
- 4.4.6. Assinar o Termo de Confidencialidade Corporativo - Anexo I.
- 4.4.7. Manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou informações confidenciais, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.
- 4.4.8. O acesso dos técnicos da CONTRATADA ou do FABRICANTE da solução aos ambientes da CONTRATANTE somente será admitido com prévia autorização e com observância aos padrões de segurança vigentes.
- 4.4.9. Deverá ser garantida a disponibilidade, integridade, confidencialidade e sigilo dos documentos e informações inerentes ao contrato e seus itens, podendo ser responsabilizado legalmente quem porventura causar perdas e danos à SEEC ou a terceiros.
- 4.4.10. Todo serviço de suporte somente poderá ser executado mediante prévia autorização da CONTRATANTE, com informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados e dos horários de execução.

4.5. Requisitos sociais, ambientais e culturais.

- 4.5.1. No que tange aos aspectos culturais e sociais, as equipes devem realizar análise de impacto de mudanças na infraestrutura física e na adoção de novos serviços que envolvam mudança cultural na instituição. Além disso, todos os produtos resultantes dos serviços prestados e àqueles que orientaram sua elaboração, implementação e uso deverão estar redigidos em língua portuguesa, escrita e falada no Brasil.
- 4.5.2. Os profissionais em atendimento no ambiente da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (Seec/DF), deverão se apresentar devidamente identificados e vestidos de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional.
- 4.5.3. Os profissionais também deverão respeitar todos os colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo

4.6. Requisitos de Arquitetura Tecnológica.

- 4.6.1. A CONTRATADA deverá fornecer a solução de acordo com as especificações técnicas do descritas no tópico 3: "DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC", estabelecidas pela CONTRATANTE.

4.7. Requisitos de Implantação

- 4.7.1. Para a implantação da solução, a ser realizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá fornecer, dentro dos prazos estabelecidos no contrato, a entrega das licenças, bem como a disponibilização dos acessos necessários para o gerenciamento das licenças fornecidas;
- 4.7.2. A CONTRATADA deverá informar e providenciar local de acesso e/ou ferramenta para gerenciamento, controle, acesso e suporte à implantação para as licenças de software fornecidas;
- 4.7.3. Deverá ser fornecido certificado do fabricante que comprove o registro das licenças no site do fabricante (ou chave única tipo serial, ou funcionalidade de gestão que permita atestar tal condição), comprovando perante o fabricante que se trata de uma ferramenta devidamente licenciada e autêntica conforme regras definidas neste Termo de Referência;
- 4.7.4. A Licitante vencedora deverá fornecer documentação oficial do fabricante da solução com informações que permitam aferir a validade dos produtos adquiridos, como identificador da licença, descrição, quantitativo, part number, modelo, versão, data de validade, indicador de direito de atualização, garantia e suporte e período de garantia;

4.8. Requisitos de Experiência Profissional

- 4.8.1. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional ou capacitação para a presente contratação.

4.9. Requisitos de Metodologia de Trabalho

- 4.9.1. O fornecimento das soluções está condicionado ao recebimento pela CONTRATADA de Ordem de Serviço (OS) emitida pela CONTRATANTE
- 4.9.2. Após a assinatura do Contrato e as nomeações do Gestor e Fiscais do Contrato, será convocada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.
- 4.9.3. A reunião inicial de alinhamento será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN 94/2022 e ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos da convocação via Ofício, podendo ser prorrogada a critério da SEEC.
- 4.9.4. Nesta reunião serão tratados os seguintes assuntos:
 - 4.9.4.1. Apresentação do preposto da empresa pelo representante legal da CONTRATADA. A carta de apresentação do preposto deverá conter os dados de identificação do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto a SEEC, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

- 4.9.4.2. Entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e do Termo de Ciência (Anexos IV e V deste Termo de Referência);
- 4.9.4.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 4.9.5. Entrega do sistema de “gestão de licenças”;
- 4.9.6. Disponibilização de acessos.

4.9.7. Além da reunião inicial, a CONTRATANTE poderá agendar outras reuniões com representantes da CONTRATADA para tratar de assuntos relacionados ao objeto deste instrumento;

4.9.8. As licenças e/ou chaves de ativação devem ser disponibilizadas em site oficial do fabricante, em área de acesso exclusivo para a CONTRATANTE, por meio de credenciais específicas, previamente disponibilizadas e verificação das licenças e quantidades disponibilizadas frente à quantidade e tipos de licenças constantes da OS emitida para fins de fornecimento;

4.9.9. Deverá ser fornecido o cartão de registro e/ou licença de uso, contendo todas as chaves, senhas, números de identificação, série e demais informações necessárias para a identificação, instalação, reinstalação e operação do produto;

4.9.10. A CONTRATADA deverá manter registro de todas as licenças e/ou chaves de ativação fornecidas ao CONTRATANTE, devendo a qualquer tempo, ou quando solicitada formalmente, ser capaz de prover todos os dados, números de licenças, registros ou informações necessárias à instalação, pré-instalação, recuperação de instalação e interação com o fabricante.

4.9.11. A equipe de fiscalização será composta dos seguintes integrantes:

4.9.11.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, preferencialmente da Área requisitante da solução, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente.

4.9.11.2. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da área de TIC, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato.

4.9.11.3. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da área administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.

4.9.11.4. Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da área requisitante da solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC.

4.9.11.5. A fiscalização de que trata as Cláusulas acima não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução de contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, conforme dispõe a Lei 14.133/2021.

4.10. **Sustentabilidade.**

4.10.1. A CONTRATADA deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital n.º 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, com vista à convergência ao art. 2º do Decreto Distrital 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.11. **Requisitos Legais**

4.11.1. O presente processo de contratação obedecerá à Constituição Federal, à Lei n.º 14.133/2021, ao Decreto n.º 44.330, à Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

4.12. **Requisitos de Formação da Equipe.**

4.12.1. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

4.13. **Indicação de marcas ou modelos.**

4.13.1. Para esta contratação, a escolha das licenças de subscrição de suíte de escritório será da fabricante Microsoft, especificamente a solução Office 365, conforme detalhado nas especificações técnicas presentes neste Termo de Referência. Essa definição está embasada em uma análise criteriosa das necessidades técnicas e operacionais da Secretaria, que, após a avaliação de diferentes cenários possíveis, no Estudo Técnico Preliminar, levou à conclusão de que outras opções seriam inviáveis. Diversos fatores técnicos e operacionais, como a compatibilidade com os sistemas existentes, a necessidade de escalabilidade e a segurança da informação, foram determinantes para descartar outras alternativas.

4.13.2. A decisão pela adoção do Office 365, em detrimento de outras soluções, é ainda mais reforçada pela ampla utilização e consolidação dessa plataforma em diversos órgãos públicos, como TCDF, DPU, SES e Detran-DF, que implementaram com sucesso a solução em suas operações diárias. A experiência dessas instituições evidencia a robustez do Office 365, especialmente no que se refere à sua capacidade de escalar para atender grandes volumes de usuários, à segurança avançada que oferece, e à integração perfeita de suas ferramentas, como Microsoft Teams, SharePoint, OneDrive e Power BI. Esses recursos, ao serem incorporados ao ambiente de trabalho, permitem uma gestão de documentos eficiente, comunicação em tempo real e análise de dados precisa, atendendo de maneira eficaz às necessidades operacionais de organizações públicas de grande porte.

4.13.3. Além disso, a solução Office 365 se alinha com as melhores práticas de governança em TI, adotando um modelo de nuvem que não apenas assegura flexibilidade e alta disponibilidade, mas também oferece suporte contínuo e atualizado pela própria Microsoft. Esse modelo reduz a necessidade de investimentos em infraestrutura local e garante que a plataforma esteja sempre atualizada com as mais recentes inovações tecnológicas. A padronização dessa solução entre os órgãos públicos mencionados facilita a interoperabilidade, a integração com sistemas preexistentes e contribui para um alinhamento estratégico com a tendência de modernização digital do setor público, assegurando a conformidade, segurança e eficiência operacional a longo prazo. Dessa forma, a adoção do Office 365 representa a escolha mais alinhada às exigências da Secretaria, promovendo uma solução integrada, segura e eficaz para atender as demandas atuais e futuras.

4.14. **Da exigência de carta de solidariedade.**

4.14.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.15. Do consórcio e subcontratação.

4.15.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que os bens a serem adquiridos são amplamente comercializados por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

4.15.2. Pelo mesmo fato, não se admite a subcontratação, para gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à administração pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

4.16. Da participação de Cooperativas.

4.16.1. A participação de cooperativa é vedada, uma vez que por limitação de licenças fornecidas pelas cooperativas junto a Microsoft somente grandes distribuidores serão capazes de atender a demanda elencada neste Termo de Referência.

4.17. Da verificação de amostra do objeto.

4.17.1. Não será exigido amostra ou protótipo.

4.18. Garantia da contratação

4.18.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.18.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após assinatura do contrato.

4.18.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.19. Participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

4.19.1. Em conformidade com a Lei Distrital nº 4.611 de 2011, e considerando o elevado número de licenças a serem contratadas, a Equipe Técnica define tecnicamente que não é permitido a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Tal definição se fundamenta na natureza indissociável do objeto, que exige capacidades operacionais incompatíveis com as limitações impostas a essas empresas. Além disso, o escopo da licitação abrange aspectos críticos, como o risco de vazamento de dados, a transferência de responsabilidades e o acesso a informações sensíveis da Administração. Assim, a exclusão da participação de ME/EPP se justifica pela necessidade de garantir a segurança, confidencialidade e eficácia operacional, atendendo a requisitos que demandam elevado grau de especialização.

4.19.2. Além disso, verificou-se através do Estudo Técnico Preliminar que o valor estimado da contratação ultrapassa significativamente o limite de faturamento previsto para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006, que define:

4.19.2.1. Microempresa (ME): faturamento anual de até R\$ 360.000,00;

4.19.2.2. Empresa de Pequeno Porte (EPP): faturamento anual superior a R\$ 360.000,00 e até R\$ 4.800.000,00.

4.19.3. Dessa maneira, a participação de empresas enquadradas como ME/EPP em contratação cujo volume financeiro anual supera em múltiplas vezes o limite legal de faturamento pode acarretar riscos à execução contratual, comprometendo a capacidade técnica, financeira e operacional da CONTRATADA e, consequentemente, a continuidade e qualidade da prestação do fornecimento do objeto.

4.20. Da assinatura do contrato.

4.20.1. A licitante deverá entregar, antes da assinatura do contrato, declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio da competitividade, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.21. Vistoria.

4.21.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia.

5. DAS DEFINIÇÕES DAS RESPONSABILIDADE

5.1. Das obrigações da CONTRATANTE.

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, de acordo com as obrigações assumidas no contrato e na sua proposta de preços, por meio dos servidores designados.

5.1.2. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.

5.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com o Contrato, aplicando as penalidades cabíveis.

5.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções contratuais caso suas demandas de correção de irregularidades notificadas à CONTRATADA, não sejam corrigidas dentro do prazo estabelecido;

5.1.5. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.6. Fornecer todos os objetos, estrutura de dados e acessos aos ambientes da SEEC para que a CONTRATADA possa realizar as atividades necessárias;

5.1.7. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, para a execução de serviços, testes, reuniões administrativas ou qualquer outra atividade relacionada ao objeto contratado, desde que autorizado pela CONTRATANTE.

5.1.8. Permitir o acesso e prestar informações que venham a ser solicitadas pelos técnicos da CONTRATADA, durante a vigência do contrato.

5.1.9. Manter a CONTRATADA informada acerca da composição dos fiscais técnico, administrativo e requisitante, cientificando-lhe para fins de propiciar que seus Prepostos possam reportar eventuais falhas ou problemas detectados, bem como possam apresentar-lhes os faturamentos correspondentes às prestações executadas.

5.1.10. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

- 5.1.11. Emitir, nas condições estabelecidas no documento contratual, o Termo de Encerramento do Contrato.
- 5.1.12. Emitir relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato que vier a ser firmado, à exigência de condições estabelecidas e proposta de aplicação de sanções.
- 5.1.13. Não permitir que pessoas estranhas à CONTRATADA examinem ou provoquem qualquer alteração nos serviços do presente objeto.
- 5.1.14. Observar e pôr em prática as recomendações técnicas feitas pela CONTRATADA relacionadas às condições de funcionamento, quando julgar pertinente ou oportuno.
- 5.1.15. Definir os processos para guarda e backup dos dados, caso necessário.
- 5.1.16. Após a conclusão das atividades demandadas através das ordens de serviço, a SEEC em até 10 (dez) dias úteis fará o ateste e emissão do Termo de Recebimento ou refutará por escrito (e-mail ou Nota Técnica) a não conformidade com a atividade recebida.
- 5.1.17. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.18. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.19. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.
- 5.1.20. Abster-se de qualquer interferência na administração interna do CONTRATADO, conforme inciso VI do art. 48 da Lei Federal n.º 14.133 de 2021.

5.2. **Das obrigações da CONTRATADA.**

- 5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, responsável pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual.
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE.
- 5.2.5. Entregar os bens especificados no contrato, cumprindo todas as especificações técnicas exigidas.
- 5.2.6. Assegurar a conformidade com todas as normas técnicas relevantes, regulamentações de segurança e legislação aplicável, incluindo normas ambientais e de segurança do trabalho.
- 5.2.7. Atender plenamente as normas impostas pelos órgãos de fiscalização pertinentes ao seu ramo de atividade.
- 5.2.8. Comunicar formalmente ao órgão CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente.
- 5.2.9. Cumprir fielmente toda a execução do objeto contratado, de acordo com as condições e exigências estabelecidas.
- 5.2.10. Manter e proteger a confidencialidade de qualquer informação considerada dessa natureza pela CONTRATANTE.
- 5.2.11. Obedecer aos prazos contratuais estabelecidos.
- 5.2.12. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, incluindo o cumprimento das normas internas.
- 5.2.13. Comunicar por escrito qualquer anormalidade que ponha em risco o êxito e o cumprimento dos prazos da execução do contrato.
- 5.2.14. Arcar com os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou colaboradores envolvidos na execução do contrato.
- 5.2.15. Manter, durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 5.2.16. Assumir total responsabilidade pelos atos administrativos e encargos previstos na legislação trabalhista.
- 5.2.17. Não transferir a terceiros, as obrigações assumidas oriundas do contrato.
- 5.2.18. Ficar obrigada a aceitar acréscimos ou supressões no montante de até 25% do valor inicialmente contratado, conforme legislação aplicável.
- 5.2.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em consonância com a Lei Distrital n.º 5.061, de 8 de março de 2013.
- 5.2.20. Observar as diretrizes referentes às medidas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, conforme estabelecido no Decreto Distrital nº 46.174, de 22 de agosto de 2024.
- 5.2.21. É vedado à CONTRATADA contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- 5.2.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta;
- 5.2.23. Fornecer as subscrições especificadas no contrato, sob demanda, assegurando todas as especificações descritas no contrato.
- 5.2.24. Disponibilizar suporte técnico com a FABRICANTE, durante todo o período de garantia, oferecendo assistência rápida para questões e problemas que possam surgir.
- 5.2.25. Fornecer toda a documentação necessária, incluindo manuais de operação e manutenção, especificações técnicas e guias de usuário, em formatos acessíveis e compreensíveis.
- 5.2.26. Assumir toda a responsabilidade pelas despesas decorrentes da execução do objeto contratual, inclusive quanto à reposição e substituição de subscrições necessárias à prestação do serviço.
- 5.2.27. A proposta de preços deverá obedecer ao modelo apresentado neste Termo de Referência no ANEXO III.
- 5.2.28. Comunicar imediatamente a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF), bem como ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Do encaminhamento formal de demandas.

- 6.1.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de Serviço (OS) para a entrega dos bens desejados.
- 6.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer as licenças com as mesmas quantidades definidas na OS, exatamente como especificado no objeto da contratação.
- 6.1.3. A OS é o instrumento normativo padrão para formalização da demandas à CONTRATADA. A critério da CONTRATANTE, esse instrumento poderá ser substituído por registros eletrônicos em sistema informatizado hábil - inclusive no que diz respeito ao registro de requisições de serviço;
- 6.1.4. Encaminhadas as demandas à CONTRATADA, mediante OS, a ciência do Preposto deve ser registrada em até, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas pós recebimento do documento, na forma hábil pactuada entre as partes (inclusive por intermédio de sistema informatizado). Decorrido esse prazo e não firmada a ciência espontânea, a CONTRATANTE considerará a OS como recebida pela CONTRATADA;
- 6.1.5. As OS conterão, no mínimo, as seguintes informações:
 - 6.1.5.1. Numeração;
 - 6.1.5.2. Descrição da solicitação;
 - 6.1.5.3. Identificação do Gestor do Contrato;
 - 6.1.5.4. Especificações quanto ao tipo e ao volume da demanda (incluindo descrição de macro atividades a serem executadas, quando aplicável);
 - 6.1.5.5. Especificação quanto a remuneração; e
 - 6.1.5.6. Outras informações necessárias, quando for o caso.
- 6.1.6. As rotinas de execução do objeto contratual seguirão o cronograma físico financeiro, bem como as rotinas abaixo elencadas em sequência:
- 6.1.7. CONTRATANTE e CONTRATADA: Assinatura do Contrato;
- 6.1.8. CONTRATADA: Apresentação da garantia Contratual;
- 6.1.9. CONTRATANTE: Apresentação de Nota de Empenho e emissão e entrega da Ordem de Fornecimento de Serviços (OS);
- 6.1.10. CONTRATANTE: Implantação e Migração
- 6.1.11. CONTRATADA: Emissão de Nota Fiscal referente as licenças;
- 6.1.12. CONTRATANTE: Recebimento PROVISÓRIO das licenças;
- 6.1.13. CONTRATANTE: Validação da solução bem como o recebimento DEFINITIVO das licenças;
- 6.1.14. CONTRATANTE: Realização do pagamento;
- 6.1.15. CONTRATADA e CONTRATANTE: Procedimentos de gestão de contrato;
- 6.1.16. CONTRATANTE: Procedimentos administrativos de encerramento do contrato.
- 6.1.17. O recebimento provisório e definitivo dos serviços é disciplinado em tópico próprio deste TR. Forma de execução e acompanhamento do contrato.

6.2. Condições de entrega.

- 6.2.1. O prazo de entrega é de 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da OS em remessa única.
- 6.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Do local da entrega do objeto.

- 6.3.1. As licenças de software, bem como suas chaves de ativação, devem ser disponibilizadas em site oficial do fabricante, em área de acesso exclusivo para a CONTRATANTE, por meio de credenciais específicas, previamente disponibilizadas e verificação das licenças e quantidades disponibilizadas frente à quantidade e tipos de licenças constantes da OS emitida para fins esse fim.

6.4. Formas de transferência de conhecimento.

- 6.4.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.5. Procedimentos de transição e finalização do contrato.

- 6.5.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.6. Quantidade mínima de serviços para comparação e controle.

- 6.6.1. Cada OS conterá a quantidade de licenças a serem fornecidas e o prazo de fornecimento, conforme definições deste TR.

6.7. Mecanismos formais de comunicação

- 6.7.1. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO, os seguintes:
- 6.7.2. Ordem de Serviços;
- 6.7.3. Ata de Reunião;
- 6.7.4. Ofício;

6.7.5. Correio eletrônico corporativo.

6.8. Manutenção de sigilo e normas de segurança

6.8.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a prestação dos serviços não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos;

6.8.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do CONTRATADO, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do CONTRATADO diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS IV e V.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Durante a execução, o CONTRATANTE deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.6. Reunião Inicial.

7.6.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, recepcionado pelo Decreto nº 44.330, de 16 de Março de 2023, e ocorrerá em até **10 (dez) dias úteis** da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

7.6.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.6.3.1. Presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu preposto;

7.6.3.2. Entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.6.3.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.6.3.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.6.3.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

7.7. Fiscalização.

7.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, recepcionada pelo Decreto nº 44.330, de 16 de Março de 2023, observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

7.7.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.8. Do Fiscal Requisitante.

7.8.1. O Fiscal Requisitante do Contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, III, da [IN SGD nº 94, de 2022](#), recepcionado pelo Decreto nº 44.330, de 16 de Março de 2023, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o art. 26 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.

7.8.1.1. avaliar a qualidade dos serviços realizados e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;

7.8.1.2. identificar não conformidades com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;

7.8.1.3. encaminhar as demandas de correção à CONTRATADA, caso disponha de delegação de competência do Gestor do Contrato;

7.8.1.4. apoiar o Fiscal Técnico na elaboração do Termo de Recebimento Provisório;

7.8.1.5. verificar a manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, com apoio do Fiscal Técnico do Contrato;

7.8.1.6. verificar a manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato; e

7.8.1.7. apoiar o Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato;

7.9. Fiscalização Técnica.

7.9.1. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, recepcionado pelo Decreto nº 44.330, de 16 de Março de 2023, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.9.1.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com §1º, do art. 117, Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023;

7.9.1.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.9.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.9.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.9.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.10. Fiscalização Administrativa.

7.10.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, recepcionado pelo Decreto nº 44.330, de 16 de Março de 2023, verificará a manutenção das condições de habilitação do CONTRATADO, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.10.1.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.10.2. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.10.2.1. Verificação Contínua de Conformidade: O fiscal administrativo do contrato deve realizar verificações contínuas para assegurar que a CONTRATADA mantenha todas as condições de habilitação e qualificação exigidas ao longo da execução do contrato.

7.10.2.2. Acompanhamento de Empenho e Pagamento: Monitorar de perto os empenhos e os pagamentos relacionados ao contrato, garantindo que todas as transações financeiras estejam em conformidade com os termos contratuais e as regulamentações aplicáveis.

7.10.2.3. Gestão de Garantias e Glosas: Gerenciar as garantias contratuais e tratar das glosas, que são deduções por serviços não realizados ou mal executados, assegurando que as penalidades e os descontos sejam aplicados conforme estipulado no contrato.

7.10.2.4. Formalização de Termos Aditivos e Apostilamentos: Supervisionar a formalização de quaisquer termos aditivos ou apostilamentos ao contrato, que se fazem necessários para ajustar o escopo, prazos, valores ou quaisquer outras condições contratuais.

7.10.2.5. Solicitação de Documentos Comprobatórios: Solicitar e analisar documentos comprobatórios sempre que necessário para verificar a aderência da CONTRATADA às especificações e obrigações do contrato.

7.10.2.6. Reporte e Comunicação: Comunicar e reportar ao gestor do contrato sobre quaisquer questões ou desafios que excedam a competência do fiscal administrativo, garantindo uma resolução tempestiva dos problemas.

7.10.2.7. Ações Corretivas: Tomar medidas imediatas em caso de descumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, incluindo a notificação e a coordenação de ações corretivas.

7.10.2.8. Revisão Periódica do Contrato: Realizar revisões periódicas do contrato para assegurar que todas as cláusulas e condições estão sendo cumpridas adequadamente.

7.10.2.9. Registro e Documentação: Manter um registro detalhado de todas as atividades de fiscalização, incluindo comunicações, relatórios e decisões tomadas, para assegurar a transparência e a accountability no processo de fiscalização.

7.11. Gestor do Contrato.

7.11.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022](#), recepcionado pelo Decreto nº 44.330, de 16 de Março de 2023, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do CONTRATADO, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o inciso II do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o inciso VIII do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, de acordo com o inciso X do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o inciso VI do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.12. Critérios de Aceitação.

- 7.12.1. A avaliação da qualidade do produto entregue, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:
- 7.12.2. As novas licenças ativadas no painel Administrativo Microsoft da SEEC devem ser de última versão e de total controle da CONTRATANTE.

7.13. Do procedimento de teste e inspeção.

- 7.13.1. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 7.13.1.1. Verificação dos produtos, dos códigos de licenças e respectivas validades dos seriais e licenciamentos disponibilizados.
- 7.13.2. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

7.14. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento.

- 7.14.1. Com base nos artigos 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, as infrações e sanções previstas para esta contratação, sem prejuízo da aplicação de outros normativos, são:

7.14.2. Advertência:

- 7.14.2.1. Descumprir de cláusulas contratuais que não ensejem penalidades mais graves;
- 7.14.2.2. Atrasar a execução do contrato por motivos banais, deixando de entregar tarefas rotineiras dentro dos prazos previamente;
- 7.14.2.3. Demorar mais do que 5 dias para a indicação de preposto, quando aplicável;
- 7.14.2.4. Ignorar ou deixar de responder em prazos razoáveis questionamentos realizados pelos canais de comunicação estabelecidos no início do contrato, quando aplicável;
- 7.14.2.5. Entregar bens e/ou serviços com qualidade inadequada em termos de eficácia e efetividade;
- 7.14.2.6. Falta de zelo no preenchimento de ordens de serviço, quando aplicável, deixando de indicar datas, responsáveis pelo atendimento ou se utilizando de descrições genéricas que não correspondam aos serviços executados;
- 0.0.1. Faltar com o zelo de bens e espaços públicos, deixar de cumprir normas de separação de lixo, política de mesa limpa e uso de espaços coletivos, quando aplicável;
- 7.14.2.7. Inobservância dos código de vestimenta e código de conduta, quando aplicável;
- 7.14.2.8. Inobservância dos códigos de ética em vigor;

- 7.14.3. As penalidades de advertência serão convertidas em multa quando praticadas de forma reiterada, devendo o órgão sempre fazer o registro formal das penalidades aplicadas. Esta vinculada a linha **D** da tabela do subitem 7.14.6.5. Multas compensatórias.

7.14.4. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos:

- 7.14.4.1. a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.14.4.2. b) dar causa à inexecução total do contrato;
- 7.14.4.3. c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 7.14.4.4. d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.14.4.5. e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.14.4.6. f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 7.14.4.7. As penalidades previstas nos incisos "a", "b" e "c" podem ensejar, cumulativamente, a aplicação de multa;

7.14.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

- 7.14.5.1. a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 7.14.5.2. b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.14.5.3. c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.14.5.4. d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.14.5.5. e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 7.14.5.6. As sanções previstas podem ser aplicadas concomitantemente, conforme a gravidade do ato apurado.

7.14.6. Multa/Glosa

- 7.14.6.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:
- 7.14.6.2. Moratória de 1% (hum. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 7.14.6.3. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 7.14.6.4. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 7.14.6.5. Multas compensatórias:

ID	Infrações	Sanção
A	dar causa à inexecução parcial do contrato;	Multa de 0,6 % do valor do Contrato
B	dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	Multa de 0,7 % do valor do Contrato
C	dar causa à inexecução total do contrato;	Multa de 0,8 % do valor do Contrato
D	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;	Multa de 0,5% do valor do Contrato
E	apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;	Multa de 1,5% do valor do Contrato
F	praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Multa de 3% do valor do Contrato
G	comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Multa de 3% do valor do Contrato
H	praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Multa de 5% do valor do Contrato

7.14.6.6. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 2% do valor total do Contrato.

7.14.6.7. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o CONTRATADO:

7.14.6.8. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades CONTRATADAS; ou

7.14.6.9. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.14.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.14.7.1. natureza e a gravidade da infração cometida;

7.14.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.14.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.14.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.14.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.14.9. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n. 14.133/2021, em regulamento interno do órgão e demais normativos aplicáveis aos processos de apuração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.14.10. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf.

7.14.11. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do órgão, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

8. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. Do recebimento do objeto.

8.1.1. Os itens serão recebidos inicialmente, sob demanda, conforme Ordem de Serviço da CONTRATANTE.

8.1.2. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS) ou equivalente, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e Arts. 24, X e 25, VII, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023).

8.1.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do CONTRATADO com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.1.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do serviço mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 24, X, Decreto nº 44.330/2023).

8.1.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do serviço mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 25, VII, Decreto nº 44.330/2023).

8.1.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.1.7. Ao final de cada período de faturamento, os fiscais técnicos deverão realizar a avaliação da execução das licenças ou, quando aplicável, do desempenho e da qualidade dos serviços prestados, com base nos indicadores contratuais. A avaliação deverá ser apresentada ao preposto da CONTRATADA e formalizada em relatório, que será encaminhado ao gestor do contrato para fins de recebimento provisório, podendo resultar no redimensionamento dos valores a serem pagos.

8.1.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito,

com a entrega do último.

8.1.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

8.1.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.1.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.1.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (*dez*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.1.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 23, VIII, Decreto nº 44.330/2023](#));

8.1.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.1.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.1.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.1.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.1.14. No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências verificadas na execução dos serviços ou no instrumento de cobrança.

8.1.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.17. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.1.18. Deixar de atender qualquer um dos indicadores relacionados neste Termo de Referência, ensejará a aplicação de multas operacionais e glosas, conforme descritas no item 7.14.

8.1.19. A conformidade do equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

8.1.20. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, a verificação dos indicadores no item 7.14.

8.2. Da liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

8.2.2. Até 15 dias corridos antes do início do ano subsequente a CONTRATANTE irá informar à CONTRATADA através de sistema informatizado as alterações nas licenças que serão disponibilizadas para o ano vindouro.

8.2.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.4.1. O prazo de validade;

8.2.4.2. A data da emissão;

8.2.4.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

8.2.4.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.2.4.5. O valor a pagar; e

8.2.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

8.2.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.2.7.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.2.7.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.10. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

8.2.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Do prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento. As condições de subscrição e pagamento guardam semelhança àquelas dispensadas ao setor privado.

8.3.2. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento conforme a variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, nos termos do art. 24 da IN/SGD nº 94/2022.

8.4. Da forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

8.4.3. O pagamento ocorrerá de forma anual, seguindo por períodos iguais até o término do contrato de trinta e seis meses. Para início do contrato, deverá ser emitida uma ordem de serviço/fornecimento para a disponibilização das licenças. A primeira parcela, referente aos 12 primeiros meses do contrato deverá ser paga, no início do contrato, após o recebimento das licenças.

8.4.4. Havendo solicitação de novas licenças, durante o período anual, o pagamento para essas novas licenças será proporcional aos meses vincendo do período anual, seguindo as mesmas regras do Subitem 8.3.1, pagas sempre após a disponibilização das novas licenças mediante Novas Ordens de Serviço.

8.4.5. Anualmente a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE relatório por meio eletrônico com as quantidades para cada licença, referente às licenças previstas no Termo de Referência.

8.4.6. A CONTRATANTE efetuará ateste do relatório em até 10 dias úteis, sendo que em caso de inconformidades a CONTRATADA será comunicada para efetuar eventuais ajustes, iniciando nova contagem para ateste ao receber o novo relatório.

8.5. Antecipação de pagamento.

8.5.1. A presente contratação permitirá o pagamento sob demanda de pacotes de licença Microsoft Office através de ordem de serviço emitida pelo CONTRATANTE, para uso contínuo de doze meses, conforme as regras previstas no presente tópico.

8.5.2. O CONTRATADO emitirá nota fiscal correspondente ao valor da ordem de serviço do pacote de licenças para que o CONTRATANTE efetue o pagamento, conforme subitem 8.3.1.

8.5.3. Fica o CONTRATADO obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

8.5.4. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

8.6. Da justificativa da antecipação

8.6.1. A necessidade de pagamento do pacote de licenças sob demanda através de ordem de serviço emitida pela CONTRATADA se justifica pela própria estrutura dos serviços a serem contratados. A entrega das licenças Microsoft office é crucial para a operação da Secretaria de Economia, e qualquer interrupção ou atraso no pagamento poderia comprometer a qualidade dos serviços prestados pelos servidores e colaboradores ao cidadãos. Além de ser prática de mercado o pagamento antecipado de licença.

8.6.2. Valida-se ainda o pagamento antecipado do pacote de licenças conforme os § 1º, 2º e 3º do art. 145 da Lei nº 14.133 de 2021.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Da forma de seleção e do critério de julgamento da proposta.

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na **modalidade pregão**, sob a **forma eletrônica**.

9.1.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por grupo**, em atenção aos arts. 114 e 195 do Decreto Distrital nº 44.330 de 2023, e ao inciso I do art. 33 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

9.1.3. A **adjudicação** dos objetos deve ser procedida **por um único grupo**, uma vez que o objeto não pode ser subdividido.

9.1.4. Serão desclassificadas as propostas que contiverem: vícios insanáveis; não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Termo de Referência e/ou edital; apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável, conforme previsto no art. 59, incisos de I a V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.5. A licitante vencedora deverá apresentar uma planilha ponto a ponto, sinalizando página e parágrafo da documentação técnica da solução ofertada, visando comprovar a conformidade que atende de forma plena aos requisitos e especificações da solução ofertada.

9.1.6. A licitante deverá apresentar documentação técnica oficial do fabricante quais sejam: catálogos/folders/manuais para comprovação das características técnicas da solução.

9.1.7. Sendo assim, a concentração de itens em grupo único apresenta-se como opção mais vantajosa. Esse entendimento se deve ao fato de

os serviços agrupados estarem intrinsecamente relacionados.

9.2. Do regime de execução

9.2.1. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

9.3. Do modo de disputa.

9.3.1. O modo de disputa será aberto e fechado. A escolha por esse modelo, que combina fases abertas e fechadas, é justificada por assegurar maior competitividade e transparência, permitindo ajustes nas propostas durante a fase aberta e protegendo os interesses da administração na fase fechada, onde as ofertas finais são apresentadas de forma confidencial. Essa abordagem também reduz o risco de conluio entre licitantes e garante que a contratação seja realizada de maneira mais vantajosa, equilibrando a obtenção do melhor preço com a garantia de qualidade e conformidade técnica.

9.4. Do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado.

9.4.1. Da cota reservada.

9.4.1.1. Quanto à previsão do benefício da Cota Reservada prevista na Lei Distrital nº 4.611/2011, que regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, esclarecem-se que tal benefício não se aplica à contratação almejada, tendo em vista que o fornecimento de subscrições de licenças de uso do *software* Microsoft Office 365 Enterprise pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC-DF), demanda um alto grau de padronização operacional e técnica.

9.4.1.2. O certame está sendo conduzido na modalidade Pregão Eletrônico, adotando o critério de menor preço por grupo, conforme art. 114 do Decreto Distrital nº 44.330/2023 e o inciso I do art. 33 da Lei Federal nº 14.133/2021. Dessa forma, a indivisibilidade do objeto justifica a impossibilidade de segmentação em cotas reservadas, pois a fragmentação poderia comprometer a integração tecnológica e operacional contínua, impactando diretamente a qualidade, eficiência e segurança da solução contratada.

9.4.1.3. A Lei Distrital nº 4.611/2011, em seu art. 4º, § 3º, prevê que a reserva de cota não será obrigatória quando a divisão do objeto comprometer a natureza ou funcionalidade do bem ou serviço, situação aplicável ao presente caso. A unidade e padronização da solução contratada são requisitos fundamentais para garantir a eficácia do sistema, sendo que a segmentação poderia gerar dificuldades na manutenção da interoperabilidade e segurança da informação, essenciais ao cumprimento dos objetivos governamentais.

9.4.1.4. Ademais, a Instrução Normativa nº 94/2022 ressalta a necessidade de contratações de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) estarem alinhadas às melhores práticas e padrões de mercado, assegurando a implementação de soluções integradas que garantam segurança cibernética e proteção de dados sensíveis. A fragmentação do objeto, por meio da reserva de cota, poderia comprometer esses aspectos essenciais, prejudicando a continuidade, estabilidade e confiabilidade da solução contratada.

9.4.1.5. Dessa forma, a exclusão da reserva de cota não apenas se justifica do ponto de vista legal, mas também é essencial para garantir a integridade e eficácia da contratação, evitando riscos operacionais e assegurando que a solução atenda plenamente às necessidades do órgão CONTRATANTE.

9.4.2. Da licitação exclusiva.

9.4.2.1. Em observância aos arts. 25, da Lei 4.611, de 2011, e 7º, do Decreto Distrital 35.592, de 2014, não serão destinados itens a participação Exclusiva das entidades preferenciais, tendo em vista o valor estimado da contratação.

9.5. Das exigências de Habilitação.

9.5.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.5.2. Da Habilitação Jurídica

9.5.2.1. Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual;

9.5.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.5.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.5.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.5.3. Da habilitação fiscal, social e trabalhista.

9.5.3.1. Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

9.5.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede do licitante;

9.5.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2014);

9.5.3.5. Para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela receita da fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br. (inteligência do art. 173, da LODF);

9.5.3.6. Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

9.5.3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

9.6. Da qualificação Econômico-Financeira.

9.6.1. Certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9/2/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

9.6.2. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma

da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.6.3. As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

9.6.4. As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos poderão apresentar o balanço do último exercício;

A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \end{aligned}$$

9.6.5. Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômicos previstos no item anterior;

9.6.6. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item/grupo de itens cotado constante deste Termo de Referência.

9.6.7. A qualificação econômico-financeira é essencial para assegurar que as empresas participantes possuam capacidade para cumprir suas obrigações contratuais, reduzindo o risco de inadimplência e prejuízos à execução do contrato.

9.6.8. Nos termos do art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de certidão negativa de falência, balanço patrimonial e índices financeiros como Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) permite avaliar a saúde financeira das licitantes, garantindo a confiabilidade e sustentabilidade das propostas apresentadas.

9.6.9. Essa análise é proporcional à complexidade do objeto e busca assegurar o cumprimento dos princípios da eficiência e da economicidade previstos na legislação.

9.7. Qualificação técnica

9.7.1. O proponente deve comprovar aptidão para fornecer os bens de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação. A comprovação de atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou, quando aplicável, emitidos pelo conselho profissional competente. Deve-se observar o seguinte:

9.7.2. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, idônea, estabelecida em território nacional, que comprove ter a LICITANTE fornecido subscrição de licenças do O365.

9.7.3. A exigência de atestados de capacidade técnica é crucial para assegurar que o fornecedor possua a experiência em fornecer as licenças por subscrição da Microsoft. Esses atestados permitem à Administração verificar a competência técnica do proponente, garantindo que as licenças sejam compatíveis com as especificações do projeto, evitando riscos de falhas operacionais durante todo o contrato.

9.7.3.1. Documentação e Verificação:

9.7.3.1.1. Atestados podem ser somados de diferentes projetos executados concomitantemente para atender aos requisitos quantitativos de 50% do total do contrato.

9.7.3.1.2. Os documentos podem ser apresentados em nome tanto da matriz quanto de filiais do fornecedor, desde que devidamente justificado e verificado.

9.7.3.1.3. O fornecedor deverá fornecer todas as informações e documentações necessárias para verificar a autenticidade e relevância dos atestados, incluindo endereços atuais dos clientes e locais de execução dos serviços. A Administração pode solicitar documentação adicional para confirmar a veracidade das informações apresentadas, observando sempre os limites legais estabelecidos nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.7.4. A necessidade de comprovação de atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou, quando aplicável, emitidos pelo conselho profissional competente devido à complexidade do serviço e o quantitativo, sendo este projeto de extrema relevância para a SEEC/GDF.

9.7.5. Conformidade Legal:

9.7.5.1. O Artigo 35 da Lei nº 14.133/2021 permite a soma de experiências anteriores para atender aos requisitos de qualificação técnica.

9.7.6. A exigência de qualificação técnica fundamenta-se na necessidade de garantir que as empresas participantes possuam capacidade técnica comprovada para executar o objeto da contratação com qualidade, eficiência e dentro dos prazos estabelecidos.

9.7.7. Nos termos do art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é permitida a solicitação de documentação que comprove a aptidão técnica, considerando características como execução anterior de fornecimento de licenças da Microsoft, atestados de capacidade técnica emitidos por contratantes e comprovação de pessoal qualificado para a realização do objeto.

9.7.8. Essa exigência é indispensável para assegurar que os fornecimento de licenças por subscrição atendam aos padrões de qualidade necessários e para mitigar riscos de inexecução ou execução inadequada do contrato. Além disso, ela está alinhada aos princípios da eficiência e da economicidade, sendo proporcional à complexidade e especificidade do objeto da contratação.

10. DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Da vigência da ata de registro de preços.

10.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

10.1.2. Para efeito do Registro de Preços, a Ata deverá constar com a totalidade das licenças (imediatas + sob demanda).

10.1.3. O instrumento de contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, de acordo com parágrafo único do art. 84 da Lei 14.133, de 2021 e do § 1º. do art 198. do Decreto Distrital 44.330, de 2023.

10.2. A motivação para permitir adesões por parte de órgãos ou entidades não participantes.

10.2.1. Por tratar-se de uma contratação para atendimento de necessidade de fornecimento de serviços de uso comum dos órgãos da Administração Pública, julga-se conveniente permitir a adesão tardia à Ata de Registro de Preços, como forma de tentar suprir a demanda de crescente por serviços dessa natureza, assim como para desonerar a Administração Pública na realização de diversos processos licitatórios, tendo por objeto a contratação de item com características similares.

10.2.2. Dessa forma, esta contratação permite a adesão tardia de órgãos não participantes, mediante prévia consulta a Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG/SECONTI/SEEC), desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitada às condições e as regras estabelecidas nos termos do art. 86, § 2º da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.3. Da adesão a ata de registro de preços.

10.3.1. As adesões à Ata de Registro de Preços poderão ser admitidas mediante prévia consulta a Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG/SECONTI/SEEC), desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitada às condições e as regras estabelecidas no art. 208 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e § 5º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

10.3.2. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem; e as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata e deverão ser realizados em conformidade com o Decreto n.º 44.330, de 2023.

10.4. Das obrigações do órgão gerenciador.

10.4.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.

10.4.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados.

10.4.3. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

10.4.4. Deliberar o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação para órgão não participante da Ata de Registro de Preços, consultando o beneficiário da Ata e verificando as condições de fornecimento, de forma a evitar extrapolações dos limites de produtividade ou de capacidade mínima de fornecimento da Solução.

10.4.5. As formas de comunicação entre os envolvidos dar-se-á por e-mail ou sistema informatizado, quando disponível.

10.4.6. Os órgãos aderentes deverão reportar ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável, a aplicação de sanções administrativas, alteração de item registrado em Ata por modelo equivalente ou superior e outras ocorrências atípicas ao objeto inicialmente registrado.

10.5. Da justificativa pela escolha do Sistema de Registro de Preços

10.5.1. Considerando a necessidade estratégica da Administração Pública em adquirir subscrições das licenças Office 365 por 36 meses, fundamentamos a escolha pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) com base na hipótese I, prevista no art. 190 do Decreto n.º 44.330/2023, conforme transcrito a seguir:

Art. 190 do Decreto n.º 44.330/2023:

O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

10.5.2. Hipótese I - Necessidade de Contratações Frequentes

10.5.2.1. A suíte de escritório da Microsoft está sujeita a atualizações contínuas, incorporando melhorias essenciais em desempenho, segurança e eficiência. Dada essa dinâmica, o Sistema de Registro de Preços (SRP) se apresenta como a alternativa mais eficaz, pois permite à Administração Pública contratar bens e serviços conforme a necessidade, garantindo flexibilidade, atualização tecnológica constante e continuidade operacional sem descontinuidade dos serviços essenciais.

10.5.2.2. Além disso, a adoção do SRP possibilita a otimização dos processos de contratação, reduzindo burocracias e assegurando maior economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

10.5.2.3. Portanto, com base na justificativa apresentada e em conformidade com o art. 190, inciso I, do Decreto n.º 44.330/2023, a adoção do Sistema de Registro de Preços se revela a alternativa mais vantajosa e estratégica para atender às demandas da Administração Pública quanto à subscrição de subscrições de licenças Microsoft, garantindo a continuidade dos serviços de maneira eficiente e sustentável.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 21.906.239,04 (vinte e um milhões, novecentos e seis mil duzentos e trinta e nove reais e quatro centavos)**, conforme tabela a seguir:

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	IDENTIFICADOR SGD	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL ANUAL (12 meses)	VALOR TOTAL (36 meses)
1	O365 E1 FUSL No Teams Sub Per User	MS.5.0-A1597	70	R\$ 39,86	R\$ 33.482,40	R\$ 100.447,20
2	O365 E3 FUSL No Teams Sub Per User	MS.5.0-A1630	3.692	R\$ 117,07	R\$ 5.186.669,28	R\$ 15.560.007,84
3	O365 E5 FUSL No Teams Sub Per User	MS.5.0-A1649	220	R\$ 189,21	R\$ 499.514,40	R\$ 1.498.543,20
4	Teams Enterprise Sub Per User	MS.5.0-A1248	3.982	R\$ 33,10	R\$ 1.581.650,40	R\$ 4.744.951,20
5	Entra ID P1 Sub Per User	MS.5.0-A1027	3	R\$ 21,20	R\$ 763,20	R\$ 2.289,60
Total estimado:					R\$ 7.302.079,68	R\$ 21.906.239,04

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADO, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

- 11.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 11.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 11.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11.3. Considerando a necessidade de assegurar a transparência do processo licitatório, bem como incentivar os licitantes a apresentarem preços compatíveis com o mercado, o custo estimado da presente contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público no ato da publicação do instrumento convocatório, em observância ao artigo 24 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.
- 12.2. A contratação será atendida pela Fonte de Recursos da fonte 100.

2026	R\$ 7.302.079,68
2027	R\$ 7.302.079,68
2028	R\$ 7.302.079,68

13. DO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Evento	Prazo estimado	Valor
Primeiro pagamento (12 meses)	30 (trinta) dias após a emissão da OS	R\$ 7.302.079,68
Segundo pagamento (13º aos 24º meses)	30 (trinta) dias após a emissão da OS	R\$ 7.302.079,68
Terceiro pagamento (25º aos 36º meses)	30 (trinta) dias após a emissão da OS	R\$ 7.302.079,68

14. DO REAJUSTE

14.1. Conforme o artigo 24 da Instrução Normativa n.º 94 de 2023, recepcionada no Distrito Federal pelo Decreto nº 44.330, de 16 de Março de 2023, será admitido o REAJUSTE do valor do contrato, com base no Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado.

15. DOS ANEXOS

- 15.1. São partes integrantes deste Termo de Referência, os seguintes anexos:
- 15.1.1. Anexo I - Termo de Confidencialidade Corporativo;

15.1.2. Anexo II - Modelo de Declaração de Sigilo;

15.1.3. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;

15.1.4. Anexo IV - Modelo de Termo de Compromisso;

15.1.5. Anexo V - Modelo de Termo de Ciência.

ANEXO I - (DO TR)
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CORPORATIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste termo é a proteção das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC, em razão do contrato celebrado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

Todas as informações técnicas obtidas através da execução do contrato celebrado entre a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e a empresa CONTRATADA serão tidas como confidenciais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão consideradas confidenciais, para efeito deste Termo, toda e qualquer informação disponibilizada pela Secretaria de Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que, ainda que não estejam acobertadas pelo sigilo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE

Os empregados da Empresa CONTRATADA se comprometem a manter sigilo, não utilizando tais informações confidenciais em proveito próprio ou alheio. Os empregados que detiverem os dados confidenciais incorrem nos mesmos deveres dos servidores públicos conforme estabelece o art. 327 do Código Penal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Empresa CONTRATADA deverá fornecer Termo de Confidencialidade dos funcionários que prestarão serviço à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, bem como atualizá-lo em caso de dispensa e nova contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal poderá exigir Termos de Confidencialidade individuais quando entender necessário.

CLÁUSULA QUARTA – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES

O dever de confidencialidade e sigilo previsto neste termo terá validade durante toda a vigência da execução contratual. A custódia das informações deverá obedecer aos padrões de segurança contratualmente estipulados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

A CONTRATADA se obriga a:

Cumprir as disposições da Política de Segurança da Informação desta instituição; Usar tais informações apenas com o propósito de bem e fiel cumprir o objeto contratado; Manter o sigilo relativo às informações confidenciais e revelá-las apenas aos empregados cadastrados que tiverem necessidade de ter conhecimento sobre elas; Manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou informações confidenciais, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A quebra do dever de sigilo e a violação das obrigações deste Termo sujeitarão o responsável à pena prevista no artigo 325 do Código Penal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os funcionários da CONTRATADA deverão destruir todos e quaisquer documentos por eles produzidos que contenham informações confidenciais quando não mais for necessária a manutenção desses, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções, sob pena de incorrer nas responsabilidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Ao assinar o presente instrumento, a Empresa CONTRATADA manifesta sua concordância no seguinte sentido:

Todas as condições, termos e obrigações, ora constituídas, serão regidas pelo presente Termo, bem como pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes; O presente Termo só poderá ser alterado mediante a celebração de novo termo, posterior e aditivo; As alterações do número, natureza e quantidade das informações confidenciais disponibilizadas pela CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso ou as obrigações pactuadas neste Termo de Confidencialidade, que permanecerá válido e com todos os seus efeitos legais em qualquer das situações tipificadas neste instrumento; O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer das informações confidenciais conhecidas pelo funcionário, serão incorporadas a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, não sendo necessária, nessas hipóteses, a assinatura ou formalização de Termo de Confidencialidade aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE

Este Termo tornar-se-á válido a partir da data de sua efetiva assinatura pelas partes, mantendo-se esse compromisso, inclusive, após o término da contratação..

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A não-observância de quaisquer das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a Empresa CONTRATADA, por ação ou omissão de qualquer de seus agentes, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos comprovados pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC.

ANEXO II (Do TR)
MODELO DECLARAÇÃO DE SIGILO
(apresentar em papel timbrado) - (Obrigatório).

TERMO DE SIGILO
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____, expedida pela _____ e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, declaro que: a) li e tenho ciência de todos os termos da SEEC-DF e seus documentos integrantes; b) li e tenho ciência de todos os termos do Acordo de Confidencialidade de Informação firmado entre a _____ e o SEEC-DF, decorrente do Contrato n.º _____; c) todos os dados e informações recebidos do SEEC-DF, em relação ao Contrato n.º _____, firmado entre o SEEC-DF e a _____, deverão ser mantidos em sigilo e serão utilizados exclusivamente para a execução do mesmo; d) tenho ciência de que todos os recursos disponibilizados para mim pelo SEEC-DF deverão ser utilizados apenas para fins de execução dos serviços estabelecidos no Contrato n.º _____, e que todos os dados armazenados, transmitidos ou recebidos pelos recursos computacionais disponibilizados podem ser monitorados sem aviso prévio.

Local e data _____
Representante da CONTRATADA Carimbo e Assinatura

ANEXO III (Do TR)
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(apresentar em papel timbrado) - (Obrigatório).

Razão Social da Licitante - (Obrigatório):
Número do CNPJ - (Obrigatório):
Endereço completo com CEP - (Obrigatório):
Part Number para os itens que se faça necessário ter - (Obrigatório):

Modelo da Proposta (obrigatório)

GRUPO 1										
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	IDENTIFICADOR SGD	IDENTIFICADOR MICROSOFT	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR ANUAL (12 meses)	VALOR UNITÁRIO PARA 36 MESES	VALOR TOTAL (36 meses)
1	24333 SERVICO DE LICENCA PELO USO DE SOFTWARE	O365 E1 FUSL No Teams Sub Per User	MS.5.0-A1597	EP2-07421	SUBSCRIÇÃO	70				
2		O365 E3 FUSL No Teams Sub Per User	MS.5.0-A1630	EP2-07412	SUBSCRIÇÃO	3.692				
3		O365 E5 FUSL No Teams Sub Per User	MS.5.0-A1649	EP2-07405	SUBSCRIÇÃO	220				
4		Teams Enterprise Sub Per User	MS.5.0-A1248	EP2-07387	SUBSCRIÇÃO	3.982				
5		Entra ID P1 Sub Per User	MS.5.0-A1027	3R2-00002	SUBSCRIÇÃO	3				
VALOR TOTAL GERAL										

OBS. : Em caso de divergência entre os códigos CATMAT/CATSERV cadastrados no sistema Compras.gov.br e as especificações técnicas constantes no Edital e em seus anexos, prevalecerão, para todos os fins, as descrições e especificações contidas no Edital e em seus anexos.

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ (VALOR POR EXTENSO)

Devem estar incluídos no preço todos os custos diretos e indiretos que forem exigidos para execução do objeto deste caderno de cotação, assim entendidas não só as despesas diretas, como a aquisição de materiais e pagamento de profissionais, como também as indiretas, dentre elas despesas com locomoção de seus empregados e prepostos, alimentação para o pessoal alocado aos serviços, know-how, contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas; impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre os serviços, ou outras quaisquer despesas - (Obrigatório).

Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas - (Obrigatório).

O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação - (Obrigatório).

Local e Data.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA - (Obrigatório)

Modelo de Termo de Compromisso

ANEXO IV (Do TR)

TERMO DE COMPROMISSO

[Nome da Organização]

TERMO DE COMPROMISSO Nº [número]

[Nome da Empresa CONTRATADA], inscrita no CNPJ nº [número], com sede à [endereço completo], representada por seu responsável legal, [Nome do Representante Legal], doravante denominada **COMPROMISSADA**, compromete-se, mediante assinatura deste termo, a cumprir integralmente as condições e responsabilidades descritas abaixo, relacionadas ao fornecimento de licenças de subscrição do *software* Microsoft Office 365 Enterprise pelo período de 36 (trinta e seis) meses:

1. Objeto do Compromisso: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a responsabilidade da COMPROMISSADA em:

Fornecer licenças de subscrição Microsoft Office 365 de acordo com as especificações técnicas contratadas.

Oferecer garantia e suporte técnico pela Fabricante durante todo o período de vigência do contrato.

2. Responsabilidades: A COMPROMISSADA compromete-se a:

Disponibilizar as licenças subscrição Microsoft Office 365, bem como suas chaves de ativação, em site oficial do fabricante, em área de acesso exclusivo para a CONTRATANTE, por meio de credenciais específicas, previamente disponibilizadas, de acordo com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência.

3. Prazo de Garantia: A garantia de 90 (noventa) dias terá início contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4. Penalidades: O descumprimento das obrigações descritas neste Termo de Compromisso poderá resultar em penalidades previstas em contrato, além de sanções administrativas e legais aplicáveis.

5. Foro: Fica eleito o foro da Comarca de [Cidade], para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo.

Assinaturas:

[Nome do Representante Legal da Empresa CONTRATADA]

Data: / / ____

[Nome do Representante Legal da Empresa CONTRATADA]

Data: / / ____

[Nome do Representante Legal da Organização]

Data: / / ____

Modelo de Termo de Ciência

ANEXO V (Do TR)

TERMO DE CIÊNCIA

[Nome da Organização]
TERMO DE CIÊNCIA Nº [número]

Eu, [Nome completo do colaborador/profissional responsável pela instalação ou responsável técnico], portador(a) do CPF nº [número] e RG nº [número], vinculado(a) à empresa [Nome da Empresa CONTRATADA], inscrita no CNPJ nº [número], declaro, por meio deste, estar ciente das responsabilidades, prazos e condições estabelecidas no contrato referente ao fornecimento de licenças de subscrição do software Microsoft Office 365 Enterprise pelo período de 36 (trinta e seis) meses da [Nome da Organização], conforme os itens abaixo:

- Objetivo:** Declaro estar ciente de que o escopo do contrato inclui:
 - Fornecer licenças de subscrição Microsoft Office 365 de acordo com as especificações técnicas contratadas.
 - Oferecer garantia e suporte técnico pela Fabricante durante todo o período de vigência do contrato.
- Condições:** Estou ciente e concordo que:
 - A execução do fornecimento dos bens deve seguir as normas técnicas e as orientações previamente acordadas com a [Nome da Organização].
 - Qualquer eventualidade relacionada à entrega dos bens descritos neste contrato deverá ser atendida dentro dos prazos estabelecidos no contrato de prestação de serviços, respeitando o SLA (Acordo de Nível de Serviço).
- Prazo de Validade:** Este Termo de Ciência tem validade a partir da data de assinatura e permanecerá em vigor durante todo o período de execução do contrato e garantia, conforme as obrigações assumidas.

Declaro que recebi, compreendi e aceito todas as informações e responsabilidades decorrentes deste termo.

Assinaturas:

[Nome do Profissional Responsável]

Data: / /

[Nome do Representante Legal da Organização]

Data: / /

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

PROCESSO Nº: 04033-00004775/2024-21

ANEXO II (Do Edital)

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES DE TI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

O Distrito Federal / Autarquia / Fundação....., (utilizar a menção ao Distrito Federal somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a)..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de....., portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. (Redação sugerida pela SCG)

1.5. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei. (Redação sugerida pela SCG)

1.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

1.6. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. (Redação sugerida pela SCG)

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.2. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

OU

2.3. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), na forma do art. 114 da Lei n.º 14.133, de 2021

2.3.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin)

2.3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

OU

2.4. O prazo de vigência da contratação é de [.....- máximo de um ano] contados do(a) [.....**indicar o termo inicial da vigência**], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei n.º 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([ART. 92, IV, VII E XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.2.1.1. ...

4.2.1.2. ...

4.2.2. *Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:*

4.2.2.1.

4.2.2.2.

4.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (....).

OU

5.2. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante,

que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.1.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.1.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.1.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 9.1.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.1.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) (**inserir endereço(s)**);

9.1.22.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [.] (**inserir distância conforme avaliação técnica**) do local demandado.

9.1.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.1.24. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado

9.1.24.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([ART. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

11.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133](#), de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

11.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do [art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

11.3.1. BEM 1..... Valor

11.3.2. BEM 2Valor

11.3.3. ...

11.3.4. TOTAL Valor total

OU

11.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

11.5. O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

11.5.1. BEM 1..... Valor

11.5.2. BEM 2Valor

11.5.3. ...

11.5.4. TOTAL Valor total

11.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.

11.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

11.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.17.1. o emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo

administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.17.2. caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.21. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.21.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([ART. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV - **Multa:**

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;

2. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([ART. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

13.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes [\[A1\]](#) contraentes.

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.11. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.12. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.12.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.12.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.12.3. Das indenizações e multas.

13.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade:
- II - Fonte de Recursos:
- III - Programa de Trabalho:
- IV - Elemento de Despesa:
- V - Plano Interno:
- VI - Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Sistema e-contratos DF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que: **(conforme o caso)**

- I - incentive a violência;
- II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;
- III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;
- IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;
- V - seja homofóbico, racista e sexista;
- VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;
- VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

19.2. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, sob pena de rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

19.3. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

PROCESSO Nº: 04033-00004775/2024-21

ANEXO III (Do Edital)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Eu _____, CPF n.º _____, como representante devidamente constituído da empresa _____, CNPJ n.º _____, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no PE n.º ____/202__ – COLIC/SCG/SECONT/SEEC, em atendimento a Lei Distrital n.º 4.770/2012, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete em adotar práticas ecologicamente corretas realizando as seguintes ações:

i) Descartar o material utilizado (lâmpadas, cartuchos, recipientes de tintas, caixas de papelão), fazendo a separação dos resíduos recicláveis, tendo o cuidado necessário com acondicionamento dos materiais tóxicos: lâmpadas à base de vapor de mercúrio, sódio ou similar; cartuchos e recipientes de tintas e outros, de modo a evitar a evaporação de produtos tóxicos no meio ambiente.

ii) Destinações dos materiais recicláveis às cooperativas e associações dos catadores incentivando a prática da reciclagem e a proteção do meio ambiente.

iii) Utilizar papéis originários de áreas de reflorestamento para reprodução de documentos; sendo que para os fins a que se destina esta licitação, somente será utilizado papel reciclado na forma do exigido no Edital de Licitação.

b) A empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos Órgãos responsáveis, e que já iniciou (ou está em fase de implantação) as seguintes medidas: _____ (DEVERÁ INFORMAR QUAIS AS MEDIDAS JÁ IMPLANTADAS) tendo como meta em um prazo de _____ atingir o nível mínimo para reconhecimento pelos Organismos Ambientais de Empresa Sustentável.

c) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la, conforme exigido no PE n.º ____/202__ – COLIC/SCG/SECONT/SEEC.

Brasília, ____ de _____ de 20__.

representante legal do licitante

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

PROCESSO Nº: 04033-00004775/2024-21

ANEXO IV (Do Edital)

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

PROCESSO Nº: 04033-00004775/2024-21

ANEXO V (Do Edital)

MODELO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º: ____/20

PROCESSO n.º: _____.

PREGÃO n.º: ____/20

VALIDADE: _____ (____) meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Secretaria/Órgão _____, localizada no _____, o Secretário/Presidente de _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma

eletrônica nº /2023, Processo SEI nº , **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
- 1.2. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (Redação sugerida pela SCG)
- 1.3. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei. (Redação sugerida pela SCG)
- 1.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 1.4. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (Redação sugerida pela SCG)

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.
- 3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESIÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ITEM OBRIGATÓRIO)

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, [poderá] OU [não poderá] ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

6.4.1. a possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

6.4.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

6.4.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.5. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.6. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.

6.7. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.8. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.9. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.10. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.

6.11. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.12. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

6.12.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

6.12.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item

7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. for liberado pela Administração Pública;

9.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

9.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 192, inc. XII, do Decreto nº 44.330, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 194, inc. IX, do Decreto nº 44.330, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Nota de Empenho, conforme condições estabelecidas em edital.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA*.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem,

vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

12.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

PREGÃO Nº /20 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº						
1º LUGAR						
EMPRESA						
CGC/CNPJ	INSC ESTADUAL		BANCO		AGÊNCIA	CONTA- CORRENTE
TELEFONE		ENDEREÇO				
SÓCIO-DIRETOR				RG	CPF	
PROCURADOR				RG	CPF	
1º LUGAR						
ITEM	QTD ESTIMADA ANUAL	CÓDIGO SES	UN	QTD POR EMBALAGEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITARIO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

PROCESSO Nº: 04033-00004775/2024-21

ANEXO VI (Do Edital)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023.

Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) diasúteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: ...

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.



Documento assinado eletronicamente por **ESTER WANDERLEY DE SOUSA - Matr.0283673-4, Coordenador(a) de Licitações substituto(a)**, em 28/05/2026, às 11:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **KARLA REGINA DA SILVA ROCHA - Matr.0274930-0, Pregoeiro(a)**, em 28/05/2026, às 16:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **200402224** código CRC= **C691786B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 504 - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): 3313-8497
Sítio - www.economia.df.gov.br

04033-00004775/2024-21

Doc. SEI/GDF 200402224